

o projeto nas frestas



a

Editorial

O número 14 da Arcos Design faz parte do conjunto de publicações que marca a retomada da revista por esta equipe editorial que assumiu o periódico em 2021. Nesta edição, refletimos sobre a ideia de projeto diante das emergências do século XXI. Tão caro à área do design, a noção de projeto é aqui evocada em uma perspectiva ampliada, considerando seu lugar na formação dos profissionais do design, da arquitetura e do urbanismo.

A publicação deste número marca, também, os vínculos temáticos ampliados na Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ com a criação, em 2015, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. A partir daí a ESDI passa a abrigar, além do curso em Design, o curso de Arquitetura e Urbanismo. Este número da revista Arcos Design se localiza neste diálogo, encontrando como ponto de contato o debate sobre “O projeto nas frestas”.

A proposta do número 14, nos volumes 1 e 2, da revista toma como base o Seminário Internacional “O projeto nas frestas: o ensino de arquitetura e urbanismo no contexto de emergências do presente”, organizado por um grupo de professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola Superior de Desenho Industrial, DAU/ESDI/UERJ, em 2021. O seminário teve como proposta construir um espaço para diálogos e reflexões sobre a noção de projeto, pensando nas importantes transformações que se impõem diante das mudanças do mundo, de forma a refletir e ressignificar o lugar do projeto nos currículos acadêmicos, pensando de forma mais aproximada das demandas e emergências sociais da vida. O conceito de Frestas, cunhado por Luiz Antônio Simas, se estabeleceu como base fundamental para os diálogos que se propunham a debater possibilidades de construção de novos olhares sobre a ideia de projeto.

Considerando a relevância temática do seminário e a vocação da revista, convidamos os palestrantes para publicar suas reflexões neste número. Adotamos, como estratégia metodológica, a transcrição das palestras, que foram revistas, trabalhadas e transformadas em artigos científicos pelos autores. Desta forma, torna-se importante destacar que todos os textos aqui reunidos guardam, em sua escrita, essa característica: originalmente foram falas.

Três eixos temáticos marcaram o seminário: da prática e da teoria: entre nascer e (re)existir; entre Nostalgias e utopias: tecnologias e desafios de

experimentar o presente; sociedades, territórios, culturas e políticas. Como caminho editorial, os textos aqui reunidos trazem as reflexões ampliadas de cada um desses eixos, apresentados em recortes específicos, tratados a seguir.

O primeiro recorte, inserido na proposta “Diálogos Horizontais: outras arquiteturas”, traz o artigo “Sobreposições e borramentos: urbanismo, Paris e o quintal da casa de minha avó”, da professora Ana Fernandes, em uma abordagem sensível de um texto construído a partir da indagação de um estudante sobre os modelos hegemônicos de ensino eurocêntrico muito distantes das realidades vivenciadas.

No segundo momento, refletimos sobre a proposta “Centralidades Insurgentes” junto ao artigo “O Acervo da Laje e as periferias insurgentes”, do Professor José Eduardo, que nos conduz em uma potente apresentação sobre o Acervo da Laje, Casa-Museu-Escola, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia.

No artigo “Partilhas afro-diaspóricas sobre arquitetura, urbanismo e racialidade”, a professora Gabriela Gaia traz importantes contribuições temáticas no debate das “Epistemologias decolonias” na racialização do debate em um campo de saber historicamente marcado pela construção de uma branquitude patriarcal e heteronormativa.

Como encerramento, trazemos o artigo “O ensino de projeto e o digital: notas sobre futuros possíveis”, do professor Marcelo Tramontano que se insere nos diálogos propostos a partir da ideia de “tecnologias do Presente: entre o high tech e low tech”. Tramontano traz importantes reflexões sobre a introdução dos processos digitais no ensino do projeto e nos incita a pensar sobre futuros possíveis.

Assim, fechamos esta edição reafirmando o compromisso da revista Arcos Design de se manter atenta às produções significativas da Pós-Graduação nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Design, buscando contribuir com a divulgação de relevantes pesquisas no Brasil.

Desejamos uma boa leitura!

André Carvalho, ESDI/UERJ

Barbara Necyk, ESDI/UERJ

Carolina Noury, ESDI/UERJ

Ricardo Artur P. Carvalho, ESDI/UERJ

Gabriel Schvarsberg, ESDI/UERJ

EXPEDIENTE

Volume 14, nº 1, Fevereiro 2021

ARCOS DESIGN é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Design Escola Superior de Desenho Industrial Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ENDEREÇO

Rua do Passeio nº 80, Centro, CEP 20021-290. Rio de Janeiro, RJ
arcos-design@esdi.uerj.br

EDITORES CHEFES

André Carvalho, ESDI/UERJ
Barbara Neczyk, ESDI/UERJ

Carolina Noury, ESDI/UERJ
Ricardo Artur P. Carvalho, ESDI/UERJ

EDITORES SEÇÃO TEMÁTICA

André Carvalho, ESDI/UERJ

Gabriel Schvartsberg, ESDI/UERJ

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Farbiarz, UFF
André Monat, ESDI/UERJ
Carla Galvão Spinillo, UFPR
Jackeline Lima Farbiarz, PUC-RIO

Lucy Niemeyer, ESDI/UERJ
Marcos da Costa Braga, USP
Rafael Cardoso, UERJ/FU-BERLIN

EDITORES EXECUTIVOS

Clara Meliande, ESDI/UERJ
Daniela Souto, ESDI/UERJ
Fabiana Duffrayer, ESDI/UERJ
Guilherme Bara, ESDI/UERJ

Marcos Machado, ESDI/UERJ
Pamela Marques, ESDI/UERJ
Samuel Otaviano, ESDI/UERJ
Tarcísio Martins Filho, ESDI/UERJ

BOLSISTA EXTENSIONISTA

Patricia Ferreira dos Santos, ESDI/UERJ Clara Lessa Penetra, ESDI/UERJ

CAPA/FOTO

Marcos Machado, ESDI/UERJ

DIAGRAMAÇÃO

Samuel Otaviano, ESDI/UERJ

Tarcísio Martins Filho, ESDI/UERJ

AVALIADORES

Aline Monçores, UDESC

Barbara Emanuel, UFF

Bernardo da Silva Vieira, ESDI/UERJ

Claudia Baima Mesquita, ESDI/UERJ

Daniel Portugal, ESDI/UERJ

Daniela Marçal, PUC-RIO

Fernando Cesar Negrini Minto, ESDI/UERJ

Gabriel Schvarsberg, ESDI/UERJ

Glauco Coelho, ESDI/UERJ

Guilherme Altmayer, ESDI/UERJ

Julie Pires, UFRJ

Lucy Niemeyer, ESDI/UERJ

Marco Mazzarotto, UTFPR

Marcos Martins, ESDI/UERJ

Maria das Graças Ferreira, ESDI/UERJ

Renata Vilanova Lima, UFF

Roberta Portas, PUC-RIO

Sabrina Andrade Barbosa, ESDI/UERJ

Wagner Barboza Rufino

Sumário

- 7 Sobreposições e borramentos: urbanismo, Paris e o quintal da casa de minha avó**
Ana Fernandes (UFBA, Brasil)
- 20 O Acervo da Laje e as periferias insurgentes**
José Eduardo Ferreira Santos (Acervo da Laje, Brasil)
- 37 Partilhas afrodiaspóricas sobre arquitetura, urbanismo e racialidade**
Gabriela Leandro Pereira (UFBA, Brasil)
- 48 O ensino de projeto e o digital: notas sobre futuros possíveis**
Marcelo Tramontano (IAU USP, Brasil)

Sobreposições e borramentos: urbanismo, Paris e o quintal da casa de minha avó

Ana Fernandes (UFBA, Brasil)¹
anaf@ufba.br

- ¹ Professora titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, tem graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Diplôme D'Études Approfondies e doutorado em Aménagement et Environnement pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne). Realizou pós-doutorado na Columbia University e na École d' Architecture Paris Malaquais. Coordena o grupo de pesquisa Lugar Comum.

Sobreposições e borramentos: urbanismo, Paris e o quintal da casa de minha avó

Resumo: Partindo de uma questão formulada por um estudante de graduação da Faculdade de Arquitetura da UFBA, nos anos 1990, busca-se adentrar o campo do urbanismo a partir de algumas indagações que vêm proliferando acerca de seu significado e seu papel. Primeiro, problematizamos modos de conhecer e suas ontologias, o que aponta para a emergência de novos possíveis e de trincheiras como lugares de produção de conhecimento. A compreensão do urbanismo enquanto campo de lutas, sua disciplinarização e caminhos para sua reconfiguração ancoram um segundo ponto de reflexão. Por fim, entendendo o ensino como compromisso ético, ativa-se a necessidade de compreender a natureza da urgência da crítica, assim como o lugar da crise da universidade e as possibilidades de trabalho coletivo, plural e potencialmente livre.

Palavras-chave: Modos de conhecer, Urbanismo, Ensino.

Overlays and blurring: urbanism, Paris and my grandmother's backyard

Abstract: *Starting from a question formulated by an undergraduate student at the Architecture School of UFBA, in the 1990s, we seek to enter the field of urbanism based on some questions that have been proliferating about its meaning and its role. First, we problematize ways of knowing and its ontologies, which points to the emergence of new possibilities and trenches as places of knowledge production. The understanding of urbanism as a field of struggles, its disciplinarization, and paths for its reconfiguration anchor a second point of reflection. Finally, understanding teaching as an ethical commitment activates the need to understand the nature of the urgency of critique, as well as the place of the crisis of the university and the possibilities of collective, plural and potentially free work.*

Keywords: *Ways of knowing, Urbanism, Teaching.*

1. Introdução

Busquemos suscitar reflexões, problematizando os conceitos de urbanismo e de cidade. Baseio-me em diversas trocas e problematizações emuladas no âmbito do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, que eu tenho a honra de coordenar, e da nossa própria área e de área afins, aos quais eu sempre sou profundamente agradecida.

De partida, convém retomar a questão de um estudante de graduação, há cerca de trinta anos, na década de 90, portanto. Ao ministrar a disciplina Teoria do Planejamento Urbano e Regional, que dizia respeito às questões do urbanismo, do projeto urbano e da cidade, costumava questionar os discentes: “— Como vocês veem a formação oferecida na Faculdade? Quais conteúdos julgam importantes?”. Um estudante respondeu algo muito marcante, com palavras que tento reproduzir: “Gosto muito daqui, acho muito interessante, mas eu não entendo o porquê de os professores da Faculdade se referirem a Paris como se fosse o quintal da casa da minha avó.”

Essa fala revela-se extremamente significativa, não apenas naquele momento, mas principalmente hoje, quando é possível perceber nela um sentido mais profundo. Há ali uma mobilização de diferentes horizontes e modos de existência e um tensionamento entre eles. Por esse motivo, “Paris” e “o quintal da casa da minha avó” serão, aqui, os principais referentes em relação a questões acerca de ontologias que cada uma dessas referências supõe. É muito desejável a inter-relação, a interface e o borramento que deveriam ou poderiam ser construídos entre esses dois universos, porque isso supõe desdobramentos importantes na constituição do campo de conhecimento, do ensino e da trincheira que se deve ocupar. Neles, a questão ética impõe-se por todos os lados.

A confluência entre esses elementos — entre “Paris e o quintal da casa da minha avó” — e sua problematização nos indagam acerca de três (entre muitas outras) questões: os modos de conhecer, o urbanismo e o ensino.

2. Modos de conhecer

Pensar em ontologia simplesmente como vários modos de dizer o “ser”, considerando que existem diferentes universos através dos quais os seres podem se expressar e assim serem expressos ou compreendidos remete a diversos modos síncronos de existência. O que poderia, então, nos fazer pensar a imbricação entre “Paris e o quintal da casa da minha avó”? Três noções são fundamentais de serem examinadas.

A primeira delas está presente na filósofa francesa Chantal Mouffe (2011) e em seu conceito de exterioridade constitutiva. São muito diversos os campos de tensionamento e os sujeitos, sobretudo enquanto sujeitos coletivos,

se definem a partir da relação com eles e entre eles. São relações que (n)os constituem enquanto seres.

Assim, para discutir questões de identidade e de pertencimento, é também importante identificar aquilo que não somos, pois esse também é um elemento definidor daquilo que nós pretendemos ser, mesmo nos transformando sempre. Essa noção de exterioridade constitutiva traz consigo, portanto, a questão da multifacetada experiência coletiva. Existem hierarquias e jogos de força entre essas exterioridades e entre elas e as “interioridades”, visto que expressam os movimentos de valores socialmente aceitos, desprezados ou, muitas vezes, criminalizados. Ao mesmo tempo, trata-se de referentes que legitimam modos de ser e conformam horizontes de possibilidades e de desejos. A imersão nessas redes de sentido, complexas de *per si*, traz possibilidades de opções e caminhos, de enfrentamentos, de disputas e de debates.

Os modos de existência são então múltiplos e carregam, em princípio, legitimidade em si. Ora, como dar conta da sua multiplicidade e complexidade? No livro *E se Obama fosse africano?*, de Mia Couto (2016), há um conto envolvendo situações de tradução entre culturas distintas. Como exemplos, entre tantos outros, “Ministro da Cultura” foi traduzido por “Ministro das Brincadeiras” e “pobre” passou a ser “órfão”. Observa-se que, nesse processo de tradução, uma determinada palavra não apenas muda de sentido ao passar para outro idioma, como revela modos de existência que fazem com que ela adquira significado. Pobre, de modo geral, no Brasil, denota uma pessoa com carência, majoritariamente associada a pouca renda. Ao associar pobre a órfão, este será entendido como alguém que perdeu uma rede de relações familiares e de apoio, na qual a questão da renda é secundária.

Cabe ainda refletir acerca desses diferentes modos de existência e sua relação com as palavras, numa conjuntura em que somos inundados de novos vocábulos a cada momento. Se, muitas vezes, a utilização de novas palavras pode ser importante para aproximar e ampliar referências, ela também acaba sendo largamente insuficiente para dar conta de outros modos de pensar. Como o próprio Mia Couto (2016) afirma, não se trata de traduzir palavras, mas de traduzir pensamentos e traduzir pensamentos significa conseguir adentrar as lógicas que os constituem. Trata-se, em última análise, de compreender sistemas de pensamento nos quais as palavras ganham sentido pleno.

Seria então necessário integrar “Paris” e o “quintal da casa de minha avó” em seus sistemas próprios de pensamento, em uma operação dupla: a de interpelar “Paris” e toda a construção moderna da colonialidade do poder e do saber; e a de dar a conhecer o “quintal da casa da minha avó” através da

compreensão de outras ontologias, sentidos e tradições, aspirações e desejos. Construindo borramentos, pluralidade e insubordinação, pode-se então pensar em abandonar a hierarquia entre o luminoso guia — em geral um certo pensamento colonizado que se refere a Paris quase como se fosse o único caminho a ser seguido pela humanidade — e o opaco cadente, aquele que deve ser desprezado, normatizado, sem sentido e, portanto, que deve permanecer invisibilizado e sem legitimação.

Nesse sentido, desnaturalizar repertórios, percepções e construções hegemônicas do mundo e (de)silenciar outros possíveis, dando-lhes voz e visibilidade, permitem que sejamos instruídos sobre outros modos de ser. Daí emergem novas conexões, novas dominâncias, sensibilidades, valores, desejos, em sua relação profunda com a esfera coletiva. É uma construção sempre em processo, que nunca estará finalizada, sempre disputada e sempre almejando este algo que pode vir a ser no caminho da construção ética e democrática.

Claro que, em princípio, não se faz aqui referência a nenhum pensamento autóctone, pois quase sempre os pensamentos e os modos de existência já aparecem imbricados em múltiplas redes de sentido e de ação, no entanto, há sempre dominâncias, modulações, referentes, temporalidades, expectativas, recusas que possibilitam perceber as distinções de modos de compreensão e de vida.

Como então os sujeitos de ação e de reflexão, incluindo a universidade, se relacionam com esse modo de compreender? Com que caminhos e por quais deles pensamos, compreendemos, dialogamos? Afinal, a qual conjuntura, a qual mundo — social, político, acadêmico — nosso ensino e nossa pesquisa corresponde?

As trincheiras se fazem necessárias como nossa terceira aproximação. Acredito que a produção de conhecimento se faça a partir delas. Essa produção é imediatamente política porque esse lugar de trincheira luta pela justiça cognitiva e pela ampla ação propositiva e democrática.

O combate e a utilização dessa trincheira caminham em direção a construções contra hegemônicas e descoloniais, nas quais a questão das chamadas minorias étnico-sociopolíticas (amplas majorias, do ponto de vista da existência) e também as relativas ao meio ambiente são pontos de partida e de chegada, pois, toda a questão particularizada carrega consigo o universal. Combate, portanto, seguindo Boaventura de Sousa Santos (2003), à razão arrogante, aquela que se imagina livre, e a razão metonímica, aquela que se imagina como única forma de racionalidade. Trincheira essa que busca uma associação estreita entre produção coletiva de conhecimento, liberdade de pensamento, escolha e potencialização de lógicas plurais de justiça e de

democracia, em direção à transformação social. Ao mesmo tempo, imbrica-se com o cuidado (e com as responsabilidades que dele derivam) como política urgente e abrangente de vida.

Em outras palavras, trata-se de questionar, com rigor e abertura, esse universo acumulado de princípios e conceitos. Busca-se dar lugar, interagindo, a outros sistemas de pensamento, a serem considerados equivalentes em legitimidade, construídos na esfera pública e comum, o que só pode ser feito de forma coletiva, gerando inteligência coletiva. Que interfaces e borramentos, então, podemos tecer entre as metáforas dos quintais e de Paris? Olhar de cima, olhar de baixo, olhar de dentro, olhar de fora, em amplas perspectivas, em frestas, em festas.

Em termos de urbanismo, a que remetem as referências a “Paris” e ao “quintal da casa de minha avó”?

3. Urbanismo

Em primeiro lugar, cabe entender o urbanismo enquanto *campo*. Segundo Bourdieu (1996, p. 50), o espaço social é constituído por diversos campos, ao mesmo tempo campo de forças, “cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos”, e campo de lutas, “no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura”. Em suas relações e embates, ambos delineiam “espaços de possíveis”, sempre definidos de modo relacional e mutante, seja conflitivo, convergente, disruptivo.

A partir da ação dos diferentes grupos sociais que produzem o urbanismo, vão derivar o reconhecimento e a demarcação de conjuntos de problemas, de referências teóricas e empíricas, de experiências, de proposições, de monstros sagrados e de plebeus, de disputas, de formações, de tradições, de símbolos e de expectativas, e, enquanto campo relativamente autônomo, também de história própria.

O que daí se desdobra imediatamente são escolhas, posições, confrontos no âmbito do campo, formado por diferentes tradições teóricas e projetuais, por agentes públicos e privados — cujo poder é concentrado e assimétrico — por demandas sociais urgentes e emergentes e por disputas no âmbito do próprio exercício da profissão. Trata-se, assim, de um embate constante entre ordens de poder, de sociabilidade, de subjetividade, de criação. Como então operar a crítica à seletividade aguda desse complexo e intrincado campo, atuando simultaneamente em termos de formação?

A segunda questão importante a se considerar é que o urbanismo, enquanto formação, se disciplinarizou no Brasil. Esse campo, que vem de origens e

tradições diversas, sempre engajou conhecimentos variados, o que significa uma atuação conjunta de muitas sabedorias, mesmo que consciente e disciplinarmente recortadas. No Brasil, entretanto, bem ao sabor modernista e progressivamente ao longo da segunda metade do século 20 — momento em que se faz necessário reconhecer a ação profissional importante e destacada dos arquitetos e sua confluência com o desenvolvimentismo, no qual a construção do estado brasileiro e de Brasília como paradigma não são inocentes —, o urbanismo vai sendo enfeixado pelo campo da arquitetura em suas manifestações institucionalizadas e normatizadas. Uma das formas de expressar o campo de forças e o campo de lutas aos quais já nos referimos, o urbanismo, ou ao menos a sua coordenação e formação, se torna progressivamente atribuição exclusiva daquele campo profissional.

Ressalto que, embora sejam fundantes, inúmeras e desafiadoras as interfaces entre arquitetura e urbanismo, entendo que a circunscrição teórico-prática e o método a utilizar na abordagem de cada um deles são de ordens distintas. A arquitetura centra-se no objeto, mesmo que ampliado em suas inúmeras conexões de teoria, de criação e de contexto. O urbanismo envolve o processo ampliado de produção de espacialidades, em uma temporalidade média, o que envolve os objetos, mas não se restringe a eles.

Por sua vez, o projeto é, sem dúvida, um dos elementos centrais do urbanismo. Importante, claro, mas não único. Diversos campos de saber são demandados sem os quais o urbanismo não pode se sustentar. Na prática, diversos saberes disciplinarizados são ativados, mas enquanto campos especializados e desconexos, pois perderam a possibilidade de problematizar a ação urbanística enquanto formação profissional. Já outros saberes, oriundos do fazer, da tradição, da invenção de outros futuros são em sua maior parte invisibilizados e, na maior parte das vezes, deslegitimados e condenados. Aqui, é forçoso reconhecer que, para além do campo de forças, o campo de lutas tem sido, em geral, cruel, com possibilidades mais plurais e promissoras para cidades e territórios.

Também o campo de lutas, interno ao próprio urbanismo, pode ser de tal forma reduzido ou ampliado em seu escopo, que praticamente desaparece enquanto complexidade de articulações e de possibilidades.

Há um grande projeto da Universidade de Harvard, agora praticamente encerrado, denominado South America Project. O arquiteto Felipe Correia, seu coordenador, o classifica ao mesmo tempo como “planejamento continental” e como “urbanismo de extração” (CRUZ, 2019). Utilizando a escala do voo de satélite (o voo de pássaro se tornou piegas para essa ambição), o projeto busca vincular as diversas iniciativas extrativistas em curso em diversos países da América do Sul — e que têm defrontado e muitas vezes

destruído tantos e tantos territórios ancestrais e de povos originários — em uma perspectiva logística global. Esse “urbanismo” diz respeito a um território de dezoito milhões de quilômetros quadrados (ou 1 bilhão e 800 milhões de hectares!) e sua redução à lógica panóptica de articulações funcionais e desterritorializadas supõe uma onipotência divina ou simplesmente uma prepotência corporativa dos grandes atores globais. Desnecessário dizer que são descoladas dos processos vitais, ou daquilo que Boaventura Santos (2003) chama de escala pequena, a da proximidade e das relações socioambientais que a caracterizam.

Por sua vez, Winy Maas (2018), em uma busca importante de abertura do campo e de enredamento de escalas, afirma que tudo é urbanismo. Se tudo é urbanismo, do que ele trata? Retornamos ao belo e sociológico conceito de urbanismo como modo de vida de Wirth (1967)? Desaparece ele enquanto campo de conhecimento que apreende e compreende, mas que também propõe?

Nesse quadro complexo, exacerbam-se simultaneamente onipotência narcísica e interrogações fertilizadoras, estas ainda em processo de formulação e de sedimentação. Paris e o quintal da casa de minha avó adquirem, nesse caso, plena significação, seja como caricatura, seja como meandros e possibilidades de confluências, de deformação e de invenção.

Por fim, importa relevar que a substância do urbanismo é a sua interface com a cidade. A arquitetura, ao lado de tantos outros, é um de seus campos conexos. Entender o urbanismo como potência do comum ou como arte de cultivar cidades remete então a um processo amplo e complexo de atuação de muitos agentes tensionando desejos, projetos e futuros. São muitas as racionalidades ativadas, muitos mundos, muitos seres, muitos sentidos, muitas espacialidades possíveis. Embate constante entre ordens de poder, de sociabilidade, de subjetividade, de ancestralidade e de criação em direção à construção de horizontes societários e urbanos em suas dimensões materiais, simbólicas e políticas.

4. Ensino

Em relação ao ensino, como formar arquitetos e urbanistas tendo “o quintal da casa da minha avó” e “Paris” como problemáticas? Em primeiro lugar, importa engajar um compromisso ético na produção do conhecimento em ação. Como dizia Paulo Freire (1996, p. 24): “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético”. O primeiro elemento desse engajamento está ligado às questões da urgência, da crítica e da crise, que também indagam aquelas relativas à legitimidade da universidade.

A urgência remete a questões vigentes no nosso próprio tempo, que não podem ser adiadas. Havendo demora, o risco de perda é irreparável e irreversível. Em muitos casos, a questão da morte está colocada de forma direta. Se nos circunscrevermos ao campo do urbanismo, onde a urgência estaria instalada? Que princípios e perspectivas ela traz? Com que mundo ela dialoga e como? A urgência talvez seja um dos maiores e mais dramáticos descritores da atual sociedade dos riscos.

Michael Sorkin (2014, p. 92), arquiteto estadunidense, define a crítica de modo contundente: segundo ele, “a crítica deve situar a natureza da sua urgência”. Se estamos nos perguntando sobre a urgência, o ensino crítico e o enfrentamento crítico da urgência devem nos fazer pensar sobre a natureza dessa mesma urgência, o que significa colocar em tensão o nosso próprio papel, a nossa profissão, o nosso campo, o nosso complexo estar coletivo no mundo.

Por outro lado, a crítica supõe um horizonte de formulação e de expectativa sobre o qual ela se constrói. O que nós temos em nosso horizonte como anseio e como necessidade de formulação? Nesse sentido é que a crítica é propositiva e integra a problematização de novos mundos possíveis.

Em conjuntura marcada por profundo estreitamento, com muitos autoritarismos e fechamentos de horizonte, seus regimes hegemônicos de verdade — o urbanismo corporativo ou o de extração, por exemplo — devem ser explicitados e colocados em questão, uma vez que são colocados como inevitáveis ou como os únicos capazes de fazer frente a sucessivas crises da cidade contemporânea.

Afinal, de que verdades estamos falando? O que essas verdades legitimam? Sobretudo, a que necessidades correspondem? O que não está? Que outras verdades, sentidos, sistemas de pensamento emergem e buscam legitimação? Como as ações hegemônicas e seus programas nos embalam em demandas de formação profissional? Com quais ordens de legitimação? O privado não é apenas abstração: não só ele não opera sozinho, como agrega aliados em todos os campos sociais, inclusive na universidade. Um interesse social multifacetado e inventivo, conjugado a um imperativo ético de justiça, pluralidade e democracia é um guia preciso para definição da natureza de nossa urgência.

“Nós temos as lajes para oferecer à cidade”. Essa é uma das formas com que José Eduardo Ferreira Santos (2017, n. p.) descreve o processo de criação, em 2011, do Acervo da Laje, “espaço de memória artística, cultural e de pesquisa sobre o Subúrbio Ferroviário de Salvador” (Acervo, 2021). Nessa passagem entre uma realidade urbana pretensamente crua e desprovida e as potencialidades que carrega, inclusive de ensino e formação, convém

destacar a potência imaginativa, disruptiva e afetiva que possibilita, recolocando parâmetros para se enfrentar a questão da natureza da nossa urgência. As possibilidades de cidade que podem daí decorrer são infindáveis, agregadas a partir de modos de existência, de sociabilidade, de tradições, de crenças, de ex-centricidades (no sentido de não-cêntricas) cognitivas preciosas.

Ainda no que diz respeito à urgência, a universidade, ela própria, teve seu lugar mudado nas esferas de legitimação. A velha universidade burguesa, parte das estruturas de reprodução de elites e dimensão da produção de conhecimento, agora se vê confrontada em sua legitimidade em três frentes: por um lado, a universidade como negócio; por outro, por profundo obscurantismo e, por fim, pela universidade renovada de conteúdo social e político. Ancorar-se social e pedagogicamente nessa última perspectiva parece possibilitar renovação de seus sentidos, conquistando, simultaneamente, permanência e necessária transformação.

Seria então interessante pensarmos que nosso ensino devesse estar baseado em uma combinação de prioridades e de matérias que fossem imantadas pela natureza da nossa urgência, conformada por expectativa social, por esperança e desejos variados. Parece superada, pelas ferramentas de que dispomos (se bem que ainda limitadas), a velha questão de como operar quantidade de conteúdos e conhecimento enciclopédico, dando agora lugar à capacidade de problematização e de compreensão do real, real enquanto construção socialmente referenciada e plural.

É esse um sentido importante dado a buscas acerca do urbanismo contemporâneo, em sua relação com as urgências e com os acúmulos, enfrentamentos e crítica de sua própria história. É esse o sentido da vigência de conteúdos e de formas, tempo durante o qual algo vigora, estimulando interesses, curiosidades e compromissos. “Paris” e o “quintal da casa da minha avó” adquirem expressão nessa relação indissociável que se estabelece em um modo de conhecer que se atualiza. Essa ou outras questões, tão próximas e tão distantes, tão similares e tão incongruentes, trazem vigência e pregnância ao horizonte crítico de um universo de formação situado e contextualizado.

Não seria a partir dessa leitura coletiva das urgências e das crises que se poderia elaborar um projeto de formação, ancorado no imperativo ético de respeito, autonomia e cooperação? Sempre nas franjas do instituído e nos processos do instituinte, em práticas colaborativas e conflitivas, nas quais a legitimidade do outro está garantida?

Nesses processos, nossas arrogâncias, verdades absolutas e leituras conspiratórias acabam tendo de ser buriladas e contidas, pois a construção é coletiva. O poder de fala, mas também o poder de escuta incorporam o outro

e constroem-se, simultaneamente, em espaço compósito e plural, teórico-experimental, agregando os sujeitos de resistência e de criação. Lealdade e muita alegria, fundamentais, são possíveis no trabalho conjunto, todos eticamente enfeixados a partir da relação sujeitos/sujeitos, entre eles, entre nós, relação inevitavelmente política. Trata-se da revanche do relacional (Escobar, 2011), instaurado enquanto um fato epistêmico, social, político e cultural; e, eu acrescentaria, pedagógico.

Assim, sejamos brasilianistas (desculpem a ironia), participemos de redes latino-americanas, africanas, transatlânticas, marcadas por espaços de descontentamento e insubordinação. São possibilidades, plenas de mediações e de muito trabalho, para se pensar as (in)congruências, borramentos e sobreposições entre o quintal da casa de minha avó e Paris e a formação em nosso campo que daí se desdobram. Trabalho cooperativo que a vida em sociedade e em universidade nos impõe. Apostando que ele possa ser potencialmente livre...

Referências

ACERVO da Laje. Disponível em: <https://www.acervodalaje.com.br>. Acesso em 01 Mar. 2021.

COUTO, Mia. Línguas que não sabemos que sabíamos. *In: E se Obama fosse Africano?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CRUZ, Leandro de Sousa. Grandes universidades estrangeiras no campo do urbanismo no Brasil: universidades “por Pro etos” e Governança do Território. In: Encontro nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional – ENANPUR, 18º, 2019, Natal. **Anais XVIII ENANPUR**. Natal: EDUFRN, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1229>. Acesso em 04 Fev. 2021.

ESCOBAR, Arturo. “Pachamámicos” *versus* “Modérnicos”. **Tabula Rasa**, n. 15, p. 265-273, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892011000200015. Acesso em 15 Mar.2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf. Acesso em 17 Fev. 2021.

MAAS, Winy. **Everything is Urbanism: a manifesto**. DOMUS, 2018. Disponível em: <https://www.domusweb.it/en/speciali/guest-editor/winy-maas/2018/11/26/everything-is-urbanism.html>. Acesso em 15 Fev. 2021.

MOUFFE, Chantal; LACLAU, Soledad. **En torno a lo político**. México: Fondo de Cultura Econômica, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em 10 Ago. 2020.

SANTOS, J. E. F. **Palestra na Disciplina Política, Democracia e Direito à Cidade**. Salvador: PPGAU//FAUFBA, 2017.

SORKIN, Michael. Critical Measure Why Criticism Matters. **Architectural Review**, v. 235, n. 1408, p. 91-99, 2014.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: Otávio G. Velho (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Como referenciar

FERNANDES, Ana. **Sobreposições e borramentos: urbanismo, Paris e o quintal da casa de minha avó.** Arcos Design, Rio de Janeiro: PPESDI / UERJ. v. 14, n. 1, Dezembro 2021. pp. 7-19. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>>

DOI: [A ser gerado]



A revista Arcos Design está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 24/11/2021 | Aceito em 17/12/2021

O Acervo da Laje e as periferias insurgentes

José Eduardo Ferreira Santos¹ (Acervo da Laje, Brasil)
ferreirasantosenator@gmail.com

- ¹ Curador e fundador do Acervo da Laje. Graduado em pedagogia, possui mestrado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, doutorado em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia. Realizou pós-doutorado em Cultura Contemporânea no Programa de pós-Graduação em PACC da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).

O Acervo da Laje e as periferias insurgentes

Resumo: O presente artigo trata das ações desenvolvidas pelo Acervo da Laje durante a pandemia do COVID-19, quando o espaço, conhecido como Casa-Museu-Escola, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador teve que atuar internamente na estruturação de sua hemeroteca, biblioteca, sala de música e site, além da exposição no MAM RIO. Por fim, há reflexões sobre ações que fazem parte da história do Acervo da Laje e produções recentes que o envolvem e a memória do território.

Palavras-chave: Acervo da Laje, Memória, Subúrbio Ferroviário de Salvador.

The Acervo da Laje and the insurgent peripheries

Abstract: *This paper aims to describes the actions of the House-Museum-School named Acervo da Laje, located at in the railway suburb of Salvador city, wich was carried out during the Covid-19 pandemic. In these period there was an internal restructuring, especially at its hemeroteca, its library, its music room and its website, and, in addition, there was an exhibition at MAM RIO. Finally, here there are reflections on actions that are part of the Acervo da Laje history and on recent productions that involve the memory of the territory.*

Keywords: *Acervo da Laje, Memory, Salvador railway suburb*

1. Introdução

O tema da centralidade insurgente relaciona-se com a proposta da Associação Cultural Acervo da Laje (ACAL), um espaço de memória artística, cultural e de pesquisa sobre o Subúrbio Ferroviário de Salvador. O objetivo do Acervo da Laje tem sido sistematizar o espaço de pesquisa e de memórias sobre as territorialidades periféricas, que, na maioria das vezes, não têm suas narrativas construídas de um modo sistemático. Aqui, pretende-se comentar algumas das iniciativas dos dois últimos anos, considerando o contexto da pandemia.

Em primeiro lugar, convém delimitar a posição de onde se fala. Trata-se do Subúrbio Ferroviário de Salvador, composto por mais de vinte e dois bairros, por mais de 500 mil pessoas, em um território marcado por vulnerabilidades, pelo estigma perene de subúrbio. O nosso trabalho tem sido provocar deslocamentos internos dentro da cidade, dentro do Brasil, visando afirmar que o território da periferia também possui potencialidades. Suas dinâmicas precisam ser conhecidas, para além daquelas que são noticiadas na mídia — como se a única característica do território da periferia fosse a violência. Há muito mais elementos que passam despercebidos aos olhos de muitos.

Nos dois últimos anos, em virtude da pandemia, o Acervo da Laje deteve o olhar para si, refletindo sobre sua existência e sobre sua essência. No total, são onze anos de trabalho e duas casas, que guardam a memória artística, estética e cultural desses territórios. Nosso enfoque recente tem sido em iniciativas que evidenciem as ações realizadas, desde a criação do projeto. O site Acervo da Laje¹ é uma delas. Nele estão organizadas muitas obras, presentes fisicamente na ACAL, mas que ainda não haviam sido catalogadas. A importância dessas obras consiste em publicizar outras narrativas sobre o território. Por esse motivo, o site Acervo da Laje foi extremamente relevante para a divulgação da nossa cidade e do nosso território.

2. A beleza do subúrbio

Um dos nossos primeiros projetos foi empreendido em 2013, mas só agora veio a público. Trata-se de um trabalho de fotografia, realizado com crianças. Essa coleção de fotografias digitais resulta da exposição temporária intitulada *A beleza do subúrbio*, realizada com alunos de São João do Cabrito e de Itacaranha. Pela primeira vez, desenvolvemos os conceitos de periferia-e-memória, periferia-e-beleza, território-e-vida, território-e-lembança. As crianças e os adolescentes desses dois bairros do subúrbio foram provocados

1 www.acervodalaje.com.br

pela fotógrafa Marcella Hausen, cujo objetivo era estudar a saúde mental infantil e prevenir situações de violência no aqui-e-agora e nos momentos de transição desenvolvimental através da beleza.

Começamos, então, a investigar beleza e memória. Por que a periferia não pode se deter sobre beleza e memória? Por que essas categorias foram tiradas de nós? A partir de um curso de fotografia com perspectiva forçada, essas crianças e adolescentes começaram a entender e a contar suas histórias com esses registros. Fotografando o território, as paisagens e aquilo que se conta daqui ou que se observa aqui: conchas, plantas, casas, vazios, vazios construídos — segundo se diz no campo da arquitetura —, resquícios da memória dos tijolos, das olarias antigas nas ruas em que passavam rios.

A partir do processo fotográfico, memórias novas foram criadas e o território, que antes não tinha essa categoria como elemento forte da sua construção, passou a tê-la. Na verdade, essa foi uma iniciativa também para prevenir violência e transições disruptivas na travessia da infância para a adolescência. Os questionamentos que sugerimos aos alunos foram: “Qual a memória que você tem da sua rua?”, “Qual a memória que você tem da sua casa?”, dentre outros. Boa parte das crianças, dos adolescentes e dos jovens não tinha memória. Por esse motivo, considero que *A beleza do subúrbio* possibilitou a emergência, a reflexão sobre essas categorias, provocando novas fricções no território, sem considerar o território como algo concretizado, mas como algo construído inclusive através da fotografia e da memória.

Além disso, outros olhares sobre o território foram revelados. É importante registrar que muito da periferia se esgota, tem um caráter efêmero, há muita destruição de suas materialidades, casas, paisagens e monumentos, além da memória dos mais velhos ser sempre perdida quando um deles falece. A fotografia, então, é um meio de registrar e de provocar novas leituras. As crianças, os adolescentes e os jovens tiveram a oportunidade de escolher as fotos que compunham a narrativa que eles queriam para o seu território. Ha fotos geniais que expressam o olhar da criança, o olhar do jovem. Logo, publicar essas fotografias no site, após nove anos da realização da exposição temporária, foi uma grande conquista, que trouxe algumas surpresas irônicas.

Por exemplo, o trem retratado em uma das imagens já não existe. Essa revelação se deu justamente quando, atualmente, há um forte processo de gentrificação no Subúrbio Ferroviário de Salvador. De igual modo, um monorilho elevado vai ofuscar toda a paisagem, sem nenhum entendimento com as comunidades e esse movimento já começa com a destruição das estações ferroviárias e o modal mais que centenário que atravessa a região e a nomeia. A presença das águas também é muito evidente, indicando os impactos ambientais que podem ser provocados. A fotografia é revolucionária

nesse sentido, porque ela documenta, mas também expõe os não ditos, como as disputas no território. A fotografia, então, é um potente elemento de criação de uma memória de resistência.

Por fim, registro que tivemos a oportunidade de levar essa exposição, *A beleza do subúrbio*, para o espaço da antiga Fábrica de Tecidos São Braz — em que há também um trabalho da Maria Elena Castore — uma fábrica que foi gigantesca, mas que hoje é um local abandonado aqui no território².

3. Acervo da Laje

Na galeria virtual do site Acervo da Laje há uma coleção do fotógrafo italiano Marco Illuminati. Considero que essa coleção foi um grande presente que a cidade de Salvador ganhou. O fotógrafo trabalhou conosco no surgimento do Acervo da Laje, desenvolvendo o projeto “A arte invisível dos trabalhadores da beleza nas periferias de Salvador” entre 2009 e 2011. Ele, que agora reside em Paris, doou para a ACAL mais de 15 mil fotografias, em alta resolução. São memórias desses anos nos quais fotografamos juntos. Registre-se que refuto o movimento colonialista de pesquisadores que se dirigem ao território suburbano, empreendem suas pesquisas, mas que não devolvem ao território.

Das séries de fotografias realizadas, destaco *Cadê a bonita?*, que registra a beleza das mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Tivemos a oportunidade de fotografar tanto as ruínas, como os artistas e as artistas da região. Reforço que esse trabalho é muito importante para nós, pois ele representa o início do Acervo da Laje como espaço de pesquisa e de documentação do território. Marco Illuminati revelou o subúrbio através de suas potencialidades, de suas belezas, de olhares que viam essa luz, essa potencialidade e essa dinâmica de vida. Essas fotografias são muito emblemáticas de um tempo, de um território em construção, mas também de ancestralidade aqui presente, de terreiros que foram destruídos por conta de processos de gentrificação, de processos de compra de outros terrenos, mas mostra também artistas e dinâmicas que precisavam ser contadas para evitar a narrativa única sobre o território. Registrar essas pessoas foi muito importante.

Durante muito tempo, a definição que se tinha do território era de violência e vulnerabilidade. Tanto *A beleza do subúrbio*, quanto *A arte invisível dos trabalhadores* expõem outro olhar da região para o mundo. O objetivo de ter essas fotografias expostas na página eletrônica é, portanto, estimular diálogos e olhares, afirmando que nós, os que estamos imersos nesse contexto, também podemos fazer nossas cartografias subjetivas, nossas

2 https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/dissertacao_final_m.elena_castore_11mb.pdf

cartografias do afeto, para não deixar que as molduras do abandono digam quais narrativas se deseja impor sobre esse território. Por isso que mostrar os fazeres daquele subúrbio ferroviário, sua geografia, sua dinâmica, seu modo de fazer cidade foi muito importante nesse projeto *A arte invisível dos trabalhadores*. Trazer à tona essas fotografias faz emergir novos diálogos com as outras pessoas.

Optei por citar essas dinâmicas, pois a cidade é feita por nós. A cidade é feita onde nós estamos, então, rever esse trabalho disponibilizado eletronicamente traz para mim e para todos os que nele trabalharam, especialmente nos últimos meses, a possibilidade de se perceber no mundo da história, de se inserir nas discussões sobre a cidade, de tomar partido das discussões sobre a cidade, refletindo acerca do modo como se pensam e se realizam as ações dentro da cidade. Além disso, consiste em pensar a periferia como um espaço que precisa ser ouvido. Nós, da periferia, precisamos ser ouvidos!

A dinâmica colonialista já não tem mais lugar e nossas fotografias expressam isso. Pode-se destacar outra importância do projeto: revelar o que os artistas estão trazendo desse território. Camila Souza, com *Janelas da favela*, integra essa galeria. Suas fotografias estão expostas no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), na exposição “A memória é uma invenção”, a qual considero um dos trabalhos mais bonitos sobre a periferia de Salvador, envolvendo, justamente, as janelas da favela da cidade. Camila Souza traduz, por meio do território e da beleza, a essência do subúrbio. Há uma entrevista dela — e de outras artistas — no canal do YouTube do Acervo da Laje³.

Essa série é uma das mais geniais porque mostra permanências, mudanças, provocações e a relação com a ancestralidade. Acerca da importância que dedico à fotografia, relato uma experiência que vivi ao cursar doutorado em saúde pública, quando me ative às repercussões do homicídio entre jovens. Uma jovem da região havia sido assassinada e sua mãe não tinha uma foto da filha. A invisibilidade traz esses danos, traz essa anomia diante da vida. Quanto mais pudermos fotografar, registrar e incentivar os artistas e os fotógrafos a fazerem o mesmo, vamos construindo uma memória sobre o território.

Todas essas ações que mencionei são importantes porque trazem outro olhar sobre o território periférico. Periferia é cidade. Tem outra dinâmica, mas é cidade. Salvador é muito colonial. Quando nos dirigimos para o “centro” da cidade, nós, soteropolitanos, dizemos que vamos para a “cidade”,

3 <https://www.youtube.com/c/OcupaLajes>

como se aqui não fosse a cidade. Na ACAL buscamos romper todos esses paradigmas e essas dinâmicas.

Além dos já citados, há o trabalho de Daniele Rodrigues. Daniele Rodrigues tem três ou quatro fotos que são muito importantes para o Acervo da Laje porque mostram o conjunto habitacional Guerreira Zeferina, que anteriormente era a cidade de plásticos, destruída e substituída por um projeto da Prefeitura de Salvador, em 2019, que gentrificou aquela comunidade. “Retratos da fé” é uma foto genial. Precisamos aprender a amar o nosso território e a fazer acontecer esse território. A imagem é muito importante nesse processo, pois, a imagem é uma obra de arte sobre território, sobre a periferia, além de ter uma pulsão de vida que pode quebrar os estereótipos que existem sobre o território.

Por último, menciono a obra de Prentice, que está nos azulejos. Uma das coisas que o Acervo da Laje priorizou foi trazer nossos nomes escritos com arte, nome dos bairros da gente. Por que estou dizendo isso? Porque durante muito tempo a periferia não tinha nome, os nomes sempre vinham de fora da favela, então, agora nós queremos nominar. Prentice fez 81 anos no dia 3 de agosto de 2021, azulejista da Ribeira, artista plástico genial. Ele está há 60 anos fazendo azulejo e muitas das casas no território tinham esses azulejos como marcação de beleza, como identidade, como territorialidade. O Acervo da Laje pretende falar de memória, de resistência, mas também de arte e de cultura. A periferia pode falar de arte, pode falar de memória, pode falar de hemeroteca, pode falar de cultura. Prentice colocou todos os nossos sonhos em azulejos.

Plataforma, Lobato, são bairros que precisavam ser demarcados como exemplos de arquitetura, urbanismo, autoconstrução e história da cidade insurgente, da periferia insurgente. Questionar a estética do nosso trabalho e a essência da beleza tem sido importante ao longo desses anos. Em Salvador, existiu um projeto que previa que cada prédio construído deveria ter uma obra de arte. Defendo que cada intervenção do governo municipal e do governo estadual nas periferias seja embelezada com uma obra de arte. Nos cansamos de ver obras só em cimento, que não dizem nada, que não transbordam nossa territorialidade e que não expressam as circunstâncias vivenciadas. Além de povoar a periferia de obras, de melhorias, de estrutura, deve-se dotá-la de arte, porque as pessoas precisam respirar arte. A cidade também é feita de arte. A periferia também é feita de arte.

4. Memórias perdidas

Nosso objetivo, até aqui, foi demonstrar os nossos modos de enfrentamento. Trata-se de um enfrentamento, de uma resistência, mas envolve beleza,

leveza e esperança, principalmente de que o que estamos fazendo irá reverberar. Irão reverberar estudos, exposições e, quem sabe, se propagar nesse mundo cibernético. Agora passo a falar do documentário *Memórias perdidas*⁴, lançado no dia primeiro de agosto deste ano, uma produção da Aiocá produções, da Sabrina Andrade e do Wendel Medina. Esse documentário sintetiza muito bem a proposta do Acervo da Laje, porque ele também explora a memória do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Memórias perdidas expõe muito apropriadamente nossas preocupações enquanto território: o Parque São Bartolomeu, na iminência de ser privatizado; o trem do subúrbio, que em breve irá se transformar em um monotrilho — já estão tirando dos trilhos a memória das águas suburbanas. Essa é a cidade que nos interessa: a beleza desse território que aí está, o subúrbio ferroviário tão estigmatizado. Interessa-nos, ainda, estimular o diálogo a partir de um outro olhar sobre o território periférico, sobre a periferia, por isso comentários de fora também são muito bem-vindos e colaboram para a construção da narrativa característica da linguagem visual cinematográfica.

Nesse filme, a beleza traz consigo o conflito. Em minha tese de doutorado, intitulada “Cuidado com o vão: repercussões do homicídio entre jovens de periferia”⁵, me propus a estudar o homicídio de jovens. Entre 2010 e 2014 não havia toda essa comoção que hoje se vivencia diante da violência que acomete os jovens da periferia. A beleza do Acervo da Laje não é uma beleza pacífica, é uma beleza de muita elaboração. O professor Gey Espinheira, durante a defesa me diz que ouviu de um morador que ele morava nesse território “tão lindo, que essa era uma terra bonita e cara para gente barata”.

Nossos corpos eram vistos como corpos baratos, como gente barata. Logo, a provocação para apreciar a arte, para identificar que a beleza da periferia de Salvador emerge a partir dessa frase. Defendi a mencionada tese, acerca do homicídio dos jovens, das meninas, em uma época em que esse assunto ainda não era muito discutido no Brasil. Tema que envolve a etnografia da favela à noite, o jovem como perpetrador e vítima da violência na periferia, as fronteiras simbólicas da marginalização, a marginalidade como outra vida, as repercussões do homicídio entre jovens, nos jovens e nas famílias, nas mães, na periferia e nos projetos sociais. Essa beleza que nasce da dor é refletida pelo museu-casa-escola, justamente para tirar o nosso corpo das formatações centralizadoras, europeias e colonialistas que entendem o museu como um lugar impenetrável, que pensam a escola como um lugar

4 Por conta das participações em festivais, o documentário não está disponível.

5 <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27090>

panóptico e que colocam a casa como lugar do impenetrável. Quebramos todos esses paradigmas no Acervo da Laje.

A respeito dos eventos e das visitações das escolas — quando permitido —, a perspectiva dialógica com as instituições sempre foi a base da nossa concepção. De igual modo, as parcerias empreendidas levam em conta a dialogicidade, porque há uma concepção museológica e de arte na essência do Acervo da Laje. Trabalhamos com o conceito de invisibilidade e é isso que buscamos trazer à tona. Exemplifico com a parceria firmada com o MAM Rio. Esse museu recentemente passou por um processo maravilhoso de transformação com Keyna Eleison, diretora artística da instituição, que esteve no Acervo da Laje por duas vezes, assim como Pablo Lafuente. Ela conhece e valoriza a nossa poética, por esse motivo, sua curadoria tem sido dialógica e muito cuidadosa. Nós, pretos, periféricos, precisamos ocupar esses espaços e mostrar ao mundo a nossa cultura.

Por um lado, o site levou o Acervo da Laje para o mundo, mas há todo um processo: houve uma seleção das obras, com o apoio de museólogas do Rio de Janeiro e das que estão trabalhando aqui em Salvador; Fabrício e Vilma atuam como coprodutores; e eu estabeleço vínculos com os artistas, pela cidade. Note-se o processo da invisibilidade: um artista, morador de rua, se perdeu na cidade. Não sabíamos seu paradeiro. Mais que procurar esse corpo, trata-se de uma busca por essa poética perdida. Poderia mencionar outros casos, como o de César Bahia, artista em extrema pobreza; o de Emílio, atualmente residente em um asilo; o de Eckenberger, que faleceu, infelizmente. Vê-se a dificuldade que é lidar com arte e cultura no Brasil. Mesmo assim, esses corpos, essas poéticas, não podem ser esquecidos.

5. Relicário de memórias e parceria com o MAM Rio

Menciono, ainda, outro projeto, o *Relicário de memórias*⁶, de um estudante de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) chamado Lucas Ribeiro, que realizou um documentário junto com Ailla Melo, com os relatos sobre a extinção do trem, ação empreendida sem que fosse ouvida a opinião da população, e, posteriormente, o transformou em história em quadrinhos (HQs). Esse tipo de iniciativa é muito potente dentro da cidade. Por meio dos editais públicos de cultura, temos atravessado fronteiras intransponíveis para o museu-casa-escola na periferia. Ocupamos os editais da Prefeitura da Cidade de Salvador, do Governo do Estado da Bahia e até mesmo seleções internacionais como a do Goethe Institut.

6 Instagram: @relicariodememorias

Mais recentemente, essa parceria com o MAM Rio na exposição “A memória é uma invenção” tem se mostrado espetacular. A periferia não vai ficar mais aquém desse enfrentamento. Reitero que a beleza, para nós, é uma forma de enfrentamento porque coloca as nossas poéticas em diálogo. Somos um museu da periferia, mas merecemos respeito como qualquer outro museu do mundo. A periferia não é mais que integrante desse processo de deslocamento dentro da cidade. A beleza também precisa habitar a periferia. Quando uma obra de arte chega à periferia, há nisso uma revolução! Em breve será possível constatar o que estou dizendo, no MAM do Rio, em uma exposição que está sendo preparada, contemplando artistas invisibilizados, invisibilizadas, dos quais nasce a verdadeira revolução.

Quando um morador ou um turista vem visitar o museu na periferia, isso gera renda, como se sabe. Há quebra de estereótipos e de preconceitos. Além disso, há outra questão: a dinâmica de andar na cidade. Em 2014, participamos da Bienal da Bahia e nosso espaço foi um dos mais visitados. Também estivemos presentes na 31ª Bienal de São Paulo. Concluindo, a curadoria para nós é um processo de assombro, onde esse corpo negro, que não parece um doutor, que não está integralmente na academia — semelhante ao que aconteceu ao Hélio Oiticica que levou a escola de samba Mangueira para o MAM Rio, mas, ele mesmo, foi impedido de entrar — reclama seu espaço.

Com essa bandeira, o Acervo da Laje chegou ao MAM Rio. Precisamos ocupar esses espaços para dar esperança aos meninos e meninas negros. Se alguém se dirige às periferias para fazer pesquisas, para fazer intervenção, para trabalhar, precisa estar disposto a receber uma devolutiva porque nós, da periferia, não somos gente barata para terra cara. Nós somos mais caros do que a terra que a gente habita e precisamos mostrar isso para o mundo! Outro ponto: arte é água que ninguém prende. O que vocês puderem fazer de Arquitetura e Urbanismo que esteja relacionado com arte, façam! Retomem esses diálogos, porque senão vão surgir coisas muito feias, não é mesmo? Já se falou do Borba Gato, já se falou de algumas obras de Brasília... podem surgir obras muito feias, que não refletem a nossa estética. A nossa estética tem sido essa: uma cozinha cheia de peixe, um balcão cheio de azulejos de pesquisas realizadas. Isso, e habitar, que não se reduz apenas ao nosso corpo, mas a uma determinada sensibilidade. Respeitem essa sensibilidade e respeitem esse modo de fazer. Considero que a curadoria com o MAM Rio tem sido isto: um processo de respeito, em continuidade ao que vem sendo adquirido nos últimos 12 anos. Definitivamente, não nos nivelamos por baixo. Ninguém vai nivelar mais a periferia do mesmo jeito. Eu acho que isso chega aos governantes, às secretarias, aos agentes internacionais e vai chegar, porque podemos falar!

6. Sobre a casa e sobre memória

A casa onde atualmente funciona o Acervo da Laje foi projetada por um arquiteto e por uma arquiteta, Federico Calabrese e Ana Carolina Bierrenbach, tendo como referência a produção da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi (Roma 1914 — São Paulo 1992), que concebeu e foi a primeira diretora do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-Bahia), entre 1959 e 1963. Dona Lina, uma mulher que respeitou muito a Bahia, foi representada nos azulejos, nas conchas que compõem as escadas e em tantos outros materiais. Fomos em busca de azulejo, de ladrilho hidráulico, de vidro, de cerâmicas dos séculos XVII, XVIII e XIX, vindos da praia, resgatados do mar.

O MAM Bahia surgiu com exposições de cultura popular e isso é genial. Inspirado nessa estética, o Acervo da Laje não pode ser considerado um museu de pobre para pobre. Ele precisa ser equiparado a um Solar do Unhão, de Dona Lina, que faz parte de um conjunto arquitetônico preservado na orla de Salvador e poderia ter sido demolido com a construção da Avenida de Contorno, mas hoje abriga o Museu de Arte Moderna da Bahia e antes seria o museu de arte popular, porque é oriundo, dentre outras, da perspectiva de que o periférico, o popular, é vanguarda. Destaco o aspecto presente de que a arquiteta coletou pequenas pedras do mar, vitrilhos, conchas e pequenos fragmentos que estão no chão das intervenções, ligando a memória ao presente. Valorizo sobremaneira essa provocação. Precisamos nos voltar mais para o nosso chão. Dona Lina, enquanto dirigiu o MAM Bahia e o Solar do Unhão, respeitou e criou com respeito à cultura local. A escada monumental do MAM Bahia, assim como o espaço Coaty (na Ladeira da Misericórdia), nascem desse respeito. Na parte da frente da construção, há bastantes árvores, isso porque não é possível conceber uma cidade como Salvador sem árvores. Gostaria que este texto chegasse ao alcance de todos os arquitetos e de todos os governantes. Salvador é uma cidade de planta, é uma cidade rica em ervas medicinais. Essa dialógica e esse dom têm que estar nos processos de intervenção urbana nas cidades e nas suas periferias. Defendo e estímulo que esses diálogos artísticos aconteçam.

Optamos por revestir as duas escadas externas com azulejos de séculos passados, encontrados aqui mesmo em Salvador e em outros lugares visando, com isso, contar a história da cidade também por meio das paredes dessa casa. Quem sabe ler uma parede, sabe ler um território. Isso é educativo para os moradores daqui, além de servir de inspiração. Quando eles veem os recursos utilizados, eles se admiram e querem fazer igual em suas próprias casas: revestir um banheiro com azulejos antigos, por exemplo. Em outras palavras, não estamos lidando com *kitsch*, estamos lidando com a elaboração das nossas poéticas, silenciadas peremptoriamente. Esse processo de

autorrevelação traz à tona o que de tão relevante se tem para mostrar e por isso diálogos como este são tão necessários.



Imagem 1 – escada do Acervo da Laje. Fonte: acervo privado.

A respeito do que me refiro no documentário Memórias Perdidas como “molduras do esquecimento”, em todo o trabalho fotográfico realizado, as crianças e as mulheres participantes foram ouvidas. Essa é minha concepção de história: história o tempo todo, inclusive com este registro. A organização

do site do Acervo da Laje, com sua galeria de artistas, não deixa de ser história. No documentário isso ficou muito evidente nas andanças pelo território. Há uma síntese do conhecimento adquirido a partir do que se escuta das rezadeiras, das mulheres mais velhas e cuidadoras. Com isso, os que vêm depois sabem diferenciar uma planta medicinal de uma planta venenosa, sabem recomendar o melhor peixe e a melhor hora de mariscar. Esses saberes não acadêmicos integram nossa memória.

O Parque São Bartolomeu, na cidade de Salvador, no estado da Bahia, considerado um sítio sagrado, foi tombado por sua importância cultural. Nele há belas cachoeiras e ali viveu a primeira chefe de Quilombo, Zeferina, no século XIX, a guerreira Zeferina. Hoje abandonado, o lugar costumava ser um lugar de peregrinação religiosa do candomblé, antes de ser dominado pela violência. No dia da gravação do documentário, inclusive, a produção foi alertada a agir cautelosamente nesse local. Obviamente, isso não me assustou. Respondi: “Calma, eu nasci aqui, meu corpo faz parte desse lugar e se eu for embora, eu vou continuar habitando nele para sempre”. Em algumas das cenas do documentário eu desapareço no meio do mato. Brinquei, certa ocasião: “Olha, essa é a cena do fim da minha vida, eu quero sumir no meio do mato assim, porque é para povoar”.

Falando sobre a minha origem e das reminiscências infantis, meu pai era vendedor de banana. Ele cresceu nessa região. Sempre ouvi meu pai falando daquele território, que me pertence e essa oralidade está incrustada em mim. Valorizo as narrativas e, por isso, tenho o hábito de trazer comigo um bloco de anotações em que registro muito do que ouço e vivencio. Em geral, o que as pessoas nos contam, se esvai. Assim, a hemeroteca da ACAL visa cumprir essa função de preservar as narrativas. Ela reúne recortes de jornais sobre temáticas diversas, mas as que mais se destacam são as temáticas relacionadas ao Subúrbio Ferroviário de Salvador (SFS). Alguns profissionais da área da museologia me fazem perguntas e costumo responder a partir do que tenho na memória. De fato, a oralidade é muito importante. Não se deve realizar um projeto de intervenção urbanística sem ouvir as mulheres do território. São elas que conhecem e “palmilharam” a região, para usar um verbo drummondiano. Considero que as mulheres palmilharam cada pedaço do que foi constituído como territorialidade.

Dona Coleta Omolú, por exemplo, foi “uma cantora descendente de escravos que viajou o mundo cantando para pessoas ilustres, como reis e rainhas”⁷. Era amiga da cantora Clementina de Jesus, do compositor Cartola,

7 <https://farol363.wordpress.com/tag/dona-coleta-de-omolu/>

do produtor musical Hermínio Bello de Carvalho, mas morava aqui no bairro do São João do Cabrito e tinha uma rede de afilhados e de afilhadas nessa localidade. Não posso falar do território sem mencioná-la, principalmente considerando que os registros fotográficos que atestavam sua notoriedade se perderam após sua morte.

Algo que acontece muito com as obras dos artistas invisíveis. Apesar de todo talento que possuía, a cantora nunca teve seu canto gravado. Infelizmente, não há registros desse produto nacional que os seus contemporâneos não conheceram. E não conhecerão. É estranho e doloroso pensar que é como se ela não tivesse existido. Um patrimônio que estava logo ali ao lado e nós não vimos. (CONCEIÇÃO, s. d., n. p.).⁸

7. Considerações finais

Manter um museu, produzir um filme, divulgar uma história em quadinhos, em um momento de retrocesso político como o que estamos vivendo, são verdadeiros gestos de resistência cuja potência é inimaginável. Por meio deles, derruba-se o autoritarismo, o conservadorismo e, quem sabe, até um presidente. A arte é um ato simbólico, digamos assim, para apresentar novas formas e novas trincheiras de enfrentamento. A arte consegue capitalizar essas trincheiras de enfrentamento, que são trincheiras importantes para vivermos, para respirarmos e para termos saúde mental neste momento. Percebo que há uma intenção de associar periferia à violência, mas, particularmente, não aceito essa narrativa e sigo defendendo que periferia é beleza, é memória, é luta, é elaboração.

No início da construção do site Acervo da Laje, foi muito difícil encontrar artistas mulheres, já que muitas delas são consideradas artesãs. Mila Souza e Daniele Rodrigues, duas fotojornalistas há muito tempo, não se consideravam artistas. Com frequência, há um selo externo, masculino, que dita quem é artista e quem não é. Em nossa página na internet, a quantidade de mulheres artistas é maior do que a de artistas homens. Observo que as mulheres são naturalmente inclinadas à arte. As jovens arquitetas quando fazem um *card* o fazem com arte! Nas redes sociais do Acervo da Laje, os cards da Carol Souza, da Milena, enfim, de todas as meninas são deslumbrantes. Isso é arte, no entanto, ainda há uma invisibilidade e uma negação do fazer artístico, como se ele necessariamente estivesse ligado aos cânones, digamos assim.

8 Disponível em: <https://farol363.wordpress.com/tag/dona-coleta-de-omolu/>. Acesso em 08 dez. 2021.

Em 2013, Leandro Souza fez um documentário *A beleza invisível*⁹ e teve a participação de Ivana Magalhães, que faz potinhoterapia. Ela, pedagoga, tinha dificuldade de se aceitar como artista, porque são muitas camadas de invisibilidade que englobam o feminino na arte e na periferia. Então, o objetivo principal do site Acervo da Laje é, desde a sua origem, colocar essas pessoas em seu lugar devido, lugar onde elas pudessem se ver. A oralidade também propicia projetos, como, por exemplo, a conversa com as artistas, considerando que o Acervo da Laje cuida da materialidade da obra artística, mas o artista também precisa ter resguardado o seu lugar de fala. O contrário disso é seguir a lógica dos grandes museus, que enaltecem alguns artistas e se esquecem da maioria, criando uma linhagem “que não respeita a diversidade”.

Outro ponto que gostaria de destacar: muitas vezes as pessoas não têm condições, pois não lhes é dada. Muitas mulheres desistem da carreira artística porque precisam se empenhar em ganhar dinheiro e manter o seu sustento e o da sua família, o que as leva a trabalhar em outras funções e a abandonar a poética em construção. Tal precarização do trabalho artístico é indiscutível, o que nos leva à reflexão sobre o conceito de curadoria de si. Precisamos aprender a cuidar das curadorias de si. Buscamos desenvolver o dom e a técnica de cada artista e de cada pessoa que chega à ACAL, partindo sempre dessa curadoria de si.

A história nasce daqui também. A história brasileira, especialmente no século XIX, é repleta de esquecimentos das vozes negras, indígenas e femininas. Não havia a preocupação de recolher os relatos orais. As pessoas não foram ouvidas. A história brasileira foi construída a partir de uma perspectiva europeia. Esse é um debate importante para se entender o que virou cânone e o que foi silenciado; o que foi exaltado, como o Borba Gato e tantos outros, e o que foi esquecido. Houve um processo de seletividade europeia na constituição daquilo que se chama de história brasileira, contada pelos vencedores, por “pessoas que detinham condições econômicas”. A história não foi feita por José Eduardo e seu pai — já que eu sequer sei quem foi meu avô. A história, inclusive a história da cidade, foi contada por quem queimou os documentos do período pós-abolição. Essa discussão nos leva a entender quem — e sob qual perspectiva — fala sobre a cidade.

O geógrafo e pensador Milton Santos andava na periferia na década de 1960 para entender Salvador, especialmente para entender o centro de Salvador. Ele costumava levar seus alunos e suas alunas para andar na

9 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zNUpMRpoiTY>

periferia retratada no documentário *Memórias Perdidas*, que comentei anteriormente. Para entender uma cidade, é preciso entender também a sua periferia, o que é conversado nos bares, nos mercados de peixe, nos pontos de ônibus. Quem tem carro tem um mundo culturalmente organizado, que é diferente do mundo de quem anda de ônibus. Quem mora em um apartamento tem um mundo culturalmente organizado, diferente do mundo de quem mora em uma periferia, em que uma casa é colada com a outra: se o vizinho “bater uma laje”, molha a casa do outro morador; os jovens “sem ocupação” jogam bola em frente às casas onde moram, incomodando a alguns. Todas essas negociações feitas precisam ser levadas em conta para se entender a dinâmica da cidade.

Em 2015, propusemos uma discussão acerca do boletim baiano de geografia que versa sobre o Subúrbio Ferroviário de Salvador em 1965. Tive acesso a esse documento por meio da professora Maria Auxiliadora da Silva, que trabalha com Geografia Urbana na Universidade Federal da Bahia. O evento comemorativo dos cinquenta anos dessa produção nos levou a andar pelo subúrbio, de trem, de barco; visitando os empreendimentos que haviam sido tomados, os lugares de memória tomados pelas grandes empreiteiras, após conseguirem alvarás municipais, estaduais e federais com uma agilidade inacreditável, considerando que esses processos costumam demorar anos. Repentinamente, o subúrbio novamente está se tornando uma terra cara para gente cara. Todos esses pontos que mencionei são extremamente relevantes. Precisamos, urgentemente, estar atentos a eles.

Como referenciar

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **O Acervo da Laje e as periferias insurgentes**. Arcos Design, Rio de Janeiro: PPESDI / UERJ. v. 14, n. 1, Fevereiro 2021. pp. 20-36. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>>

DOI: [A ser gerado]



A revista Arcos Design está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 24/11/2021 | Aceito em 17/12/2021

Partilhas afrodiaspóricas sobre arquitetura, urbanismo e racialidade

Gabriela Leandro Pereira¹ (UFBA, Brasil)

gabrielagaiaa@gmail.com

- ¹ Gabriela Leandro Pereira (Gaia) é professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, coordenadora da linha Presença Negra na Produção da Cidade do Grupo de Pesquisa Lugar Comum. Pesquisadora Associada no PPGAU-FAUFBA. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo, possui mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-Universidade Federal da Bahia e Doutora em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. urbano e ambiental, história da arquitetura, história das cidades e do urbanismo no Brasil, América Latina, e na diáspora africana.

Partilhas afrodiaspóricas sobre arquitetura, urbanismo e racialidade

Resumo: O texto visa articular autores e pensamentos do debate afrodiaspórico do campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Três ideias-guias estão presentes neste trabalho: correção de nacionalidade, segundo Beatriz Nascimento; histórias espaciais, segundo Katherine McKittrick; evidência racial, segundo Irene Cheng, Mabel O. Wilson e Charles Davis II. Tais conceitos se entrelaçam com temáticas que vão desde quintais e fontes ao surgimento de favelas e arranha-céus, com o intuito de revelar a indissociável e inescapável relação entre os dispositivos de racialidade, segundo Sueli Carneiro, e a produção da cidade.

Palavras-chave: Arquitetura, Urbanismo, Racialidade, Afrodiáspora, Histórias espaciais.

Afrodiasporic shares on architecture, urbanism and raciality

Abstract: *This paper aims to articulate authors and his thoughts from the Afrodiasporic debate in architecture, urbanism, and urban planning research. Three guiding ideas are present in this article: nationality correction, according to Beatriz Nascimento; spatial histories, according to Katherine McKittrick; racial evidence, according to Irene Cheng, Mabel O. Wilson, and Charles Davis II. These concepts are interwoven with themes ranging from backyards and fountains to the emergence of favelas and skyscrapers, to reveal the inextricable and inescapable relationship between the devices of raciality, according to Sueli Carneiro, and the production of the city.*

Keywords: *Architecture, Urbanism, Raciality, Afro-diaspora, Spatial histories.*

1. Introdução

Minha proposta para o debate da decolonialidade e pensamentos não hegemônicos parte da aproximação desses com os estudos raciais. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordeno o Grupo de Estudos “Corpo, discurso e território” e, em julho de 2021, realizamos a segunda edição do “Partilhas Transatlânticas”¹. A atividade tem como intenção construir diálogos transatlânticos ou afrodiaspóricos, visando refletir acerca de questões espaciais e de uma geograficidade conectada e dilatada pela diáspora africana. Entendemos as cidades brasileiras enquanto constituídas a partir da dinâmica de controle inaugurada pela colonização e pela escravização, mas também atravessadas por fugitividades e por gestos de emancipação que não se resumem a interdição e violência colonial. Em nossos estudos, temos valorizado o diálogo com pesquisadores, arquitetas e arquitetos, artistas, urbanistas do continente africano e da diáspora, pela importância em atualizar esses diálogos nos seus respectivos e distintos contextos.

Esses cinco dias de evento, com participação de pensadoras e pensadores de Cabo Verde, África do Sul, Inglaterra, Estados Unidos e do Brasil, suscitaram muitas questões, algumas delas consideradas aqui. Logo, o objetivo desta comunicação é refletir acerca da decolonialidade, em perspectivas afrodiaspóricas. Esse tema tem sido muito importante para o grupo de estudantes que vem se debruçando sobre o assunto na Faculdade de Arquitetura da UFBA e na coletiva Terra Preta Cidade², outro espaço em que eu construo conversas sobre as cidades, a partir dessas perspectivas sobretudo diaspóricas.

2. Que vidas são essas salvaguardadas e que vidas são essas negligenciadas?

Segundo as pesquisas que temos desenvolvido, é preciso pensar essa chave decolonial como uma chave que estrutura um pensamento e que coloca em evidência as violências históricas que constituíram a base de muitos dos nossos pensamentos científicos, acadêmicos, mas não apenas isso. Sueli Carneiro (2005), filósofa brasileira, aborda, em sua tese intitulada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”, a existência do sujeito matável e, sobretudo, a construção desse sujeito de pele negra sob o signo da morte. Relação essa extremamente imbricada na concepção dos signos da vitalidade sobre os quais os corpos brancos estão inseridos em nosso país.

- 1 Mais informações sobre o evento podem ser consultadas no endereço: <https://padlet.com/gcorpodiscursoterritorio/partilhastransatlanticas2>
- 2 Para mais informações sobre a Coletiva Terra Preta Cidade acessar: <https://sites.google.com/view/terrapretacidade/>

Por isso, pensar desde a América Latina, estruturada e situada nesse contexto ainda mais específico, do Brasil, pressupõe um olhar crítico para nossas histórias sociais, políticas e econômicas. É importante lembrar que neste Sul global estamos inseridas e inseridas de formas distintas nesses territórios. A racialidade é uma questão indissociável e impossível de ser ignorada, especificamente nesse debate. Sobretudo porque, retomando Carneiro (2005), nas sociedades como a nossa, de histórico escravista e onde o colonialismo estrutura suas relações, o racismo, enquanto tecnologia é o que faz com que a violência perdure, atualizada nas novas dinâmicas do capital.

Logo, convém investigar quais são os lugares e sujeitos matáveis e quais são os lugares e sujeitos que o próprio Estado se presta a salvaguardar. Que vidas são essas salvaguardadas e que vidas são essas negligenciadas? Proponho três questões, a partir de discussões que levamos ao “Partilhas transatlânticas”: i) a ideia de correção de nacionalidade; ii) histórias espaciais e iii) evidências raciais.

3. Correção de nacionalidade

A primeira delas, “correção de nacionalidade”, trago a partir do que defende Beatriz Nascimento (1985), historiadora brasileira. Essa pensadora, cuja produção mostra-se extremamente relevante, dedica-se a um pensamento espacial vinculado às suas elaborações sobre nossa estrutura social e sobre a história brasileira. Segundo Nascimento (1985), a história do Brasil, a história do negro no Brasil — mas não só a do negro — carece de uma correção de nacionalidade, por ter sido construída pautada em perspectivas extremamente brancocêntricas e distorcidas, insuficientes para entender ou para abarcar, por exemplo, a presença negra no Brasil em uma perspectiva temporal significativamente alargada.

Beatriz Nascimento tem sido — ao lado de Paul Gilroy, autor do livro *Atlântico Negro* (2019) — uma referência teórica importante para o Grupo devido ao conceito de transatlanticidade. Nascimento (2018) enfatiza a necessidade de se pensar a história do negro no Brasil anteriormente à escravização e para além dela. O ato de violência não encerra a história do negro. A experiência do Atlântico é para Nascimento o fundamento dessa presença no Brasil, conectando os dois continentes e estabelecendo uma possibilidade de refazimento. Ainda segundo Nascimento (2018), o Atlântico possui uma dimensão transcendental, que extrapola o mar apenas como lugar de navegação. A kalunga grande, como era chamado, desloca mais que corpos em travessia.

Preendo evidenciar como as disciplinas de arquitetura, urbanismo e história das cidades se relacionam com essas ideias.

Trago para a conversa a cidade de Santa Leopoldina, onde nasceu meu avô — que atualmente está com cem anos de idade —, localizada na região serrana do Espírito Santo. Conhecida pelas suas histórias imperiais — porque Dom Pedro II visitou a cidade — e pela imigração italiana, alemã, suíça, austríaca, pomerana, entre outras, desde meados do século XIX, devido à política imigrantista que estabeleceu as colônias agrícolas como caminho para o desenvolvimento agrário e ocupação de terras. Foram complexos e precários os modos como esse arranjo se deram, mas seu resultado foi a permanência dos imigrantes nessas terras. Na região, antes da chegada dos colonos, existiam também fazendas de brasileiros ou portugueses, com negros escravizados e indígenas. Após essa política de terras que concedeu aos imigrantes o título das terras, forjou-se uma narrativa em torno dessa região que eliminou tudo aquilo que escapa à história da presença dos imigrantes europeus. A cidade de Santa Leopoldina e demais cidade do entorno, por exemplo, são conhecidas como a Suíça capixaba, ou os Alpes capixabas. Esse gesto de trazer para a centralidade elementos característicos de um imaginário europeu tem muito a ver com a construção de uma ideia de cultura nacional, que durante as primeiras décadas do século XX ganhou força e respaldo do pensamento racial em voga no século XIX na Europa e nos Estados Unidos.

As ideologias eugênicas, da degenerescência racial e da poligenia são perspectivas que denunciam a forma como a presença de africanos ou negros mestiços, crioulos, indígenas é encarada pela sociedade brasileira. Alimentar uma política de imigração e de distribuição de terras para a população que migrava para o estado do Espírito Santo, vinda de países específicos da Europa era uma resposta. O branqueamento do território e a interdição do acesso da população negra e indígena à terra provoca empobrecimento e migração dessa população para a capital, Vitória. Lá, em condições muito precárias, constroem modos de vida possíveis, visto que nunca existiu uma política de terras voltada para essa população. Nunca houve uma política de inclusão na cidade que fosse voltada para esses moradores, para essa população que migrou das regiões serranas e de outras áreas produtoras agrícolas em função da distribuição de terra para os colonos europeus.

Pensar as correções de nacionalidade e acionar um olhar crítico às histórias contadas é importante, porque são gestos que revelam muito sobre como nossos patrimônios são eleitos e constituídos. Quais elementos são valorados e sua relação com o acesso ou interdição à terra, por exemplo? A ausência de políticas urbanas nos centros urbanos resultou em condições distintas e em desiguais de acesso às cidades, assim como do reconhecimento

de diferentes grupos étnicos, políticos e sociais que coabitam as nossas cidades até os dias de hoje.

4. Histórias espaciais

Dando sequência, recorro a Katharine Mckittrick, geógrafa afro-canadense que tem trabalhado um encontro entre a geografia humana e os estudos raciais, ou *Black studies*. Katharine (2007) aciona também outros campos, com literatura e música, para elaborar sobre histórias espaciais em múltiplas linguagens.

Katharine, aproximando-se especialmente da literatura de ficção e da poesia, faz referência a Silvia Winter e a Dionne Brand, escritoras negras e caribenhas que migraram para o Canadá, relevando a migração como algo próprio e pertencente à constituição do seu pensamento afro diaspórico desde o Norte, onde reside. Pensar o lugar das histórias raciais significa pensar na construção de uma gramática espacial urbana, colocando em xeque epistemologias eurocêntricas e brancocêntricas. Elaborar “outras” cartografias, “outras” narrativas, “outras” gramáticas espaciais pressupõem construir um repertório múltiplo de conversas, conferindo legitimidade, abrindo espaço para outras formas e textualidades que não apenas aquelas dos escritos e grafismos acadêmicos o canônicos.

É importante considerar o lugar das histórias espaciais, presentes na literatura e em outras expressividades culturais, como na oralidade das conversas com os mais velhos. Menciono, como exemplo, um fragmento do trabalho do Gustavo Santiago, estudante de mestrado da Faculdade de Arquitetura da UFBA, produzido para o evento “Partilhas transatlânticas”, a partir dos jardins, do quintal e da fonte que existem na casa da sua avó, em Itapuã, no município de Salvador³.

A partir do jardim, da fonte e do quintal, Gustavo Santiago elabora um mundo de relações. Seu avô, que era mestre de obras, construiu boa parte das casas da comunidade à qual pertencia, em Itapuã. São casas não mapeadas e não identificadas nos documentos oficiais, cartografias, planos e projetos que informam sobre o processo de urbanização do bairro. A história material de Itapuã preserva, na relação estabelecida entre moradores e os recursos naturais existentes, uma dinâmica que não opera no determinismo pragmático imaginado e almejado pelos projetos modernos de cidade.

Dona Maria da Fonte, como é conhecida sua avó, por ser guardiã da fonte no quintal, é uma presença que nos inspira a avançar em investigações

3 O trabalho “As plantas da casa de minha avó”, de Gustavo Santiago (2021), pode ser acessado em : <https://www.youtube.com/watch?v=Bmx2PqZrNdE&t=195s>

que se ocupem em trabalhar questões como: a relação entre o quintal e a rua; o cultivo do jardim a partir de mudas, sementes e trocas conquistadas ou doadas por moradores do entorno e outras regiões da cidade; da organização familiar e comunitária que acolhe no quintal, no pavimento de cima, nos fundos aquelas e aqueles que integram uma rede de cuidado e afeto; da construção familiar e coletiva de estratégias de sustento que extrapolam a lógica e as relações espaciais pautadas pelo binarismo público e privado; a inadequação da legislações e dos modelos de parcelamento do solo urbano oriundos de um racionalismo euclidiano e os modos criados pelos moradores, como Dona Maria, para subvertê-las e criar lógicas próprias. São soluções, criações e modos de lidar com o espaço habitado que se realizam com e apesar das infraestruturas e tecnologias instaladas, quase sempre incompletas, insuficientes e precárias.

As histórias espaciais de Dona Maria falam de saberes que ela trouxe para Salvador lá de seu interior, que foi cultivando no cotidiano, nas relações que estabeleceu na cidade, mas que são muito mais próximas daquelas cultivadas pelos afro-indígenas e seus descendentes do que daquelas próprias da dinâmica urbana e cultural da cidade grande. Em alguma medida, esse território urbano de hoje, de Itapuã, ainda resguarda nas mulheres mais velhas do bairro muito desse território que tem na relação com a terra e com as águas o seu fundamento.

Retomo, assim, Beatriz Nascimento (1981), que destaca a terra como fundamento dentre as principais características do quilombo no Brasil. O quilombo é entendido por ela como um sistema social alternativo, organizado pelos negros, que coexistiu com a cidade colonial. Essa perspectiva não tem sido muito estudada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo tanto quanto se estuda as cidades coloniais, no entanto, coadunamos com Beatriz Nascimento, que tais sistemas alternativos são estruturantes das cidades brasileiras. Os aquilombamentos são arranjos polimorfos, distintos em termos de tamanhos e de dinâmicas, cujas informações estão pouco presentes no repertório acadêmico do ensino de arquitetura, urbanismo e planejamento. Como perceber sua expansão ou suas reminiscências, dinâmicas, relação com a terra e sociabilidade dessas formas de construir espaços habitados nestes termos? Segundo Leda Maria Martins (1997), é o banto que civiliza o Brasil, não o português. Ao se inverterm as lentes, as epistemologias que escapam às hegemônicas começam a raiar no horizonte.

5. Evidências raciais

O terceiro ponto consiste em voltar o olhar para as arquiteturas, para os projetos, para os planos urbanísticos oficiais hegemônicos, compreendendo-os

como inseridos em um evento racial. Não há um “fora”. O evento racial inaugurado pela modernidade, com a economia da escravização (SILVA, 2019), e o dispositivo da racialidade, que nos apresenta Sueli Carneiro (2005), operam na direção de salvaguardar corpos brancos sob o signo do vitalismo. Quando voltamos o olhar para a produção hegemônica de arquitetura e do urbanismo e a percorremos, guiada por trajetos como o que fiz em minha tese, intitulada “Corpo, discurso e território”⁴ (2015), em diálogo com os deslocamentos e escritos da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, encontramos a confluência do pensamento racial, da interdição de acesso à terra — em áreas rurais ou nas urbanas — e o surgimento de favelas e periferias.

No caso específico da favela do Canindé, onde Carolina Maria de Jesus morou durante alguns anos da sua vida, ela foi organizada e desenhada pela municipalidade. Na ocasião do desmonte de cortiços no centro da cidade, onde a escritora morava, ela se uniu a outros moradores que ficariam sem teto para pleitear junto ao poder público um lugar para moradia. Foram encaminhados para as margens do rio Tietê onde os pelos técnicos da municipalidade definiram as ruas, mediram e distribuíram os lotes, forjando assim a existência da favela em uma área que seria, posteriormente, desfavelada, não apenas devido às frequentes enchentes do rio, mas para abrir caminho para a execução do projeto de retificação do Tietê nesse trecho, previsto há muitas décadas. Esse é um exemplo de uma inserção precária e paliativa, orquestrada pelo poder público para despejar pessoas pobres e negras que seriam removidas da área central da cidade. Como não encontrar evidência racial nesse gesto instituído pelo Poder Público?⁵ A forma como o pensamento racial se estrutura no Brasil, articulado com as políticas de terras e a especulação imobiliária, culmina na interdição ao acesso à cidade, processo que se torna incompleto e impreciso se analisado descolado fora do evento racial.

6. Considerações finais

Para finalizar, trago uma última referência a partir dos Estados Unidos, cujos processos de urbanização diferem dos realizados no Brasil, assim como também são distintos os caminhos que envolvem a segregação racial, mas que contribuem para pensar a imbricada relação entre arquitetura, urbanização e pensamento racial. A pesquisadora e professora da Universidade de Chicago, Adrienne Brown, é autora do livro *The Black Skyscraper* (2017) e foi uma

4 Disponível em: http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2019/05/tesepr%C3%AAmioANPUR.Pereira_306p_digital.pdf

5 Os pormenores desse raciocínio são apresentados na tese já mencionada.

das convidadas para o evento “Partidas Transatlânticas”. No livro, ela elege o arranha-céu, esse objeto inegavelmente arquitetônico e a princípio fora de quaisquer perspectivas racializadas — ao menos nos modos como tem sido abordado pelos estudos de arquitetura. Brown destaca, no entanto, que a existência do arranha-céu impactou significativamente a percepção racial nos Estados Unidos, demandando que se reelaborem os argumentos raciais.

A segregação racial demandava segregar sujeitos a partir da sua característica ou diferenças raciais. Confinar em guetos ou definir lugares específicos da cidade nos quais a “população de cor” poderia transitar e residir eram atribuições da legislação urbanística estadunidense. Durante um bom tempo, a proibição da convivência entre grupos étnicos distintos, sobretudo brancos e não-brancos, orientou a política urbana no país. O surgimento do arranha-céu altera esse princípio, uma vez que ele insere diferentes sujeitos no mesmo edifício, pois para que funcione, demanda funcionários em cargos distintos, desde os mais subalternos, ocupados majoritariamente pela população não-branca, aos mais altos, majoritariamente ocupados pela população branca.

A segregação racial urbana, endossada por muitos planejadores e teóricos estadunidenses, teria que repensar seus termos, uma vez que o arranha-céu colocaria em proximidade física grupos étnicos distintos. O funcionário que trabalhasse no elevador poderia ficar perto de uma mulher branca por minutos inimagináveis naquele contexto. O arranha-céu trouxe para a realidade relações até então inadmissíveis. A percepção racial do outro, visto do vigésimo andar, também seria afetada. Diferentemente dos edifícios de três ou quatro pavimentos, passaria a ser impossível distinguir os transeuntes do alto do arranha-céu. Símbolo da modernização das grandes cidades e feito tecnológico com o qual somos tão habituados a lidar enquanto uma presença nas nossas historiografias da arquitetura e nas paisagens dos grandes centros urbanos, ele está inteiramente inserido em um debate em torno do pensamento racial e sua existência exigirá de acadêmicos, gestores, políticos e artistas, reformulações.

Os três aspectos que escolhi compartilhar tiveram como intuito defender que não há um “fora” no qual a discussão, o pensamento e a prática de arquitetura, urbanismo e planejamento esteja. Não há uma criação estética, posicionamentos éticos ou elaborações estéticas que não estejam transpassadas pelo dispositivo da racialidade do qual Sueli Carneiro nos fala (2005). Ele estrutura as nossas cidades, nossas práticas disciplinares, apesar de nem sempre serem lidos ou revelados em seus termos. Revelar as evidências raciais me parece uma grande pista e uma grande urgência na qual acho que a

partir dessas três pinceladas de possibilidades sobre as quais busquei refletir podem, quem sabe, suscitar outros trabalhos e outras pesquisas sobre o tema.

Referências

BROWN, Adrienne R. *The black skyscraper: architecture and the perception of race*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado) – Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CHENG, Irene; DAVIS II, Charles L; WILSON, Mabel O. Field Note, “Racial Evidence” (2017). **Journal of the Society of Architectural Historians** (2017) vol. 76 issue 4., 2017.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2. Ed. 2012 (2ª Reimpressão - 2019).

MCKITTRICK, Katherine. Freedom is a Secret. *In*: MCKITTRICK, Katherine; WOODS, Clyde (orgs.). **Black Geographies and the Politics of Place**. Toronto: Between the Lines, 2007. p. 97-114.

MARTINS, Leda Maria. **O reinado do rosário no Jatobá**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. Relatório narrativo final (mimeo), 1981. - *In* RATTIS, Alex. Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**. Instituto Kuanza. São Paulo, 2006.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, Discurso, Território: cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: ANPUR; Salvador: PPGAU/UFBA, 2029.

SILVA, Denise Ferreira da. **A Dívida Impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

Como referenciar

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Partilhas afrodiaspóricas sobre arquitetura, urbanismo e racialidade**. Arcos Design, Rio de Janeiro: PPESDI / UERJ. v. 14, n. 1, Fevereiro 2021. pp. 37-47. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>>

DOI: [A ser gerado]



A revista Arcos Design está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 24/11/2021 | Aceito em 17/12/2021

O ensino de projeto e o digital: notas sobre futuros possíveis

Marcelo Tramontano (IAU USP, Brasil)¹
tramont@sc.usp.br

- 1 Professor Associado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Coordena o Nomads.usp Núcleo de Estudos de Habitares Interativos. Professor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU. Livre-Docente pela Universidade de São Paulo; Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo; Mestre em Arquitetura pela Ecole D'Architecture de Grenoble; Graduado em Arquitetura pela Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble, França e em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.

O ensino de projeto e o digital: notas sobre futuros possíveis

Resumo: Transcrito e retrabalhado a partir de uma fala do autor no seminário “O projeto nas frestas”, na ESDI-UERJ, este texto recupera as principais ideias ali apresentadas e debatidas sobre possíveis contribuições do digital para se pensar o futuro do ensino de projeto de arquitetura e urbanismo. O texto propõe uma breve linha do tempo sobre a introdução dos processos digitais na formação de arquitetos, no Brasil, evidencia os efeitos da pandemia ao tornar obrigatório o ensino remoto via Internet e sugere pontos para uma pauta de discussões, em um futuro próximo.

Palavras-chave: Processos digitais de projeto, Ensino de projeto, Ensino remoto online, Ensino híbrido.

Design teaching and the digital: notes on possible futures

Abstract: *Transcribed and reworked from the author’s speech at the seminar “Design in the cracks” at ESDI-UERJ, this text recovers the main ideas presented and debated on the possible contributions of digital media to think about the future of teaching architectural design and urbanism. The text proposes a brief timeline on the introduction of digital processes in the education of architects in Brazil, highlights the effects of the pandemic by making remote teaching via the Internet mandatory, and suggests topics for discussion soon in the future.*

Keywords: *Digital design processes, Design teaching, Online remote teaching, Hybrid learning.*

1. Introdução

Quando a pandemia teve início, no Brasil — refiro-me particularmente ao primeiro semestre de 2020 —, algumas escolas de arquitetura e urbanismo enfrentaram dificuldades em ministrar aulas das disciplinas de projeto porque, tanto alunos, como professores, manifestaram resistências ao ensino em modo remoto. Ainda hoje, na Universidade de São Paulo (USP), discentes evitam se matricular nessas disciplinas, aguardando pela oportunidade de cursá-las presencialmente. O objetivo deste trabalho é, portanto, compartilhar algumas reflexões sobre processos digitais de projeto e de ensino de projeto, sobretudo a partir da minha experiência docente, no Brasil e no Exterior, desde há algumas décadas.

Ao impor o isolamento social e, indiretamente, o ensino remoto de projeto de arquitetura e urbanismo, a pandemia acentuou algumas questões que procuraremos aqui discutir. Recorrer aos meios digitais para o ensino de projeto à distância se tornou uma tarefa não eletiva, apesar da resistência de alguns. É, portanto, interessante notar que, embora se trate de uma grande tragédia, a crise sanitária abriu também a possibilidade de experimentação nos modos de ensinar e aprender, em uma escala sem precedentes. A totalidade dos docentes de projeto passou a incorporar processos digitais às suas rotinas e a interessar-se pela investigação de novas formas de executar projetos à distância.

Ainda que involuntariamente, essa prática retomou duas questões que sempre foram muito controversas na área: a pertinência de se priorizar os meios digitais como suporte de processos de projeto e a pertinência de se ensinar projeto de arquitetura e urbanismo à distância, via Internet. Ao obrigar ao isolamento social e ao ensino *online*, o contexto pandêmico apenas evidenciou uma série de problemas antigos, para os quais resolvi traçar aqui uma brevíssima linha do tempo, visando examinar certas questões que têm permeado os processos de ensino e aprendizagem de projeto e a contribuição dos meios digitais em tais processos.

2. O que é preciso para uma política pública efetivar-se

Em dezembro de 1994, entrou em vigor a Portaria nº 1.770, emitida pelo Ministério da Educação, instituindo a disciplina Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo nos currículos de todos os cursos brasileiros da área. O documento previa espaço físico, equipamentos e profissionais técnicos para efetivar o ensino dessa disciplina. Apesar de não dispor de dados, posso afirmar que, naquele momento, muito certamente, a imensa maioria dos professores brasileiros de projeto não tinha formação para elaborar projetos de arquitetura e urbanismo com auxílio de um computador.

Tampouco podiam buscar referências em seus professores, como estavam habituados a fazer, pois eles também não tinham essa formação. Ao contrário, todos haviam aprendido a reputar o projeto desenho à mão como a forma, por excelência, de representação do raciocínio projetual. É, portanto, bastante provável que resida aí uma das razões para que passassem a relegar a questão da informática e do digital à área tecnológica, no máximo à área de representação, desde que não fosse de projeto, e, de forma alguma, de teoria-história.

Pouco antes disso, em novembro de 1994, ocorreu o lançamento da décima terceira versão do programa AutoCAD, contribuindo para popularizar seu uso em escritórios. Esse acesso mais facilitado dos escritórios de arquitetura ao programa somava-se ao esforço, traduzido pela portaria, de informatizar o trabalho dos arquitetos já em sua formação. Por fim, mas não menos importante, outro acontecimento, neste mesmo ano, transformou a vida de todos nós: o início do acesso público e comercial à Internet, até então restrita a usos militares e à pesquisa científica. A possibilidade de uso da Internet não só impulsionou, como consolidou e qualificou o que hoje denomina-se cultura digital.

Havia, portanto, uma conjunção de elementos favoráveis ao estabelecimento de uma grande política pública que visava equiparar a formação do profissional arquiteto brasileiro àquela oferecida em países em que a informatização e o uso da Internet já eram comuns. Por várias razões, tal política pública não se efetivou: a já mencionada resistência acadêmica à cultura digital nascente; o alto custo de dispositivos, redes e programas computacionais; a cultura tecnológica herdada do último governo militar que, em 1984, estabeleceu a reserva de mercado de informática, condenando-nos a dispositivos e redes de baixa qualidade; o fato de ser preciso esperar vários anos até que fossem formados os primeiros professores detentores de conhecimento simultâneo de projeto e computação; a necessidade de formar e depois contratar técnicos em informática, capazes de operar equipamentos e programas conjuntamente com professores e alunos.

O pano de fundo para esses fatos foram os oito anos de governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, nos quais o patrimônio de instituições públicas sofreu sérias restrições e houve profundos cortes nas verbas das agências públicas de fomento à pesquisa. Em outras palavras, o mesmo governo que editou a Portaria nº 1.770 inviabilizou sua implementação. Segundo Lima e Cunha (2020), existiam, no Brasil, em 1994 — primeiro ano do governo neoliberal — 684 instituições de ensino privadas e 210 instituições públicas de ensino. No seu último ano, em 2002, o quantitativo de instituições privadas de ensino havia crescido cerca de 110%, atingindo o

número de 1442, enquanto as instituições públicas seriam apenas 195, representando um recuo de 7,1% em relação a 1994. Todos os cortes e bloqueios orçamentários atingindo as instituições federais, incluindo o congelamento de salários, que desestimulou novas contratações, contrastava com o apoio e o estímulo às instituições privadas, incentivando sua criação e multiplicação.

No início dos anos 2000, diversos *Virtual Design Studios* (VDS) começaram a ser realizados. Esses ateliês de projeto à distância reuniam alunos e professores de diferentes instituições, geograficamente dispersos, visando o desenvolvimento colaborativo de um mesmo projeto de arquitetura e urbanismo, via Internet. Tive a oportunidade de organizar alguns dos primeiros VDS com colegas e alunos de vários lugares do Brasil e do exterior, ainda que, nessa época, os recursos fossem bastante precários. A qualidade das redes e dos programas de computador eram muito inferiores ao que há disponível atualmente. Além disso, os ateliês à distância eram vistos de forma preconceituosa nas instituições, como iniciativas pessoais de alguns docentes que se interessavam por informática, fato que, provavelmente, contribuiu para retardar o desenvolvimento de redes e postergar a atualização de equipamentos computacionais nas escolas de arquitetura e urbanismo. Registre-se, ainda, que os VDS situavam-se marginalmente na grade curricular desses cursos, como disciplinas eletivas ou *workshops* episódicos, em um contexto em que a oferta de disciplinas que estimulassem o uso de meios digitais era rara.

Em 2006, a Portaria nº 1.770/1994 foi revista por meio da Resolução nº 06, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Arquitetura e Urbanismo, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior. Essa nova resolução listava treze competências e habilidades esperadas do futuro arquiteto e urbanista. Dentre elas, uma dizia respeito ao conhecimento de informática para representação de projeto e organização de informações. A informática permanecia como algo externo ao campo disciplinar — “aplicada à arquitetura” — e ensinada em um laboratório, e não em um ateliê. Permanecia, assim, como um tópico à parte, não conectada ao domínio do processo de projeto, limitando-se à função de representá-lo graficamente. Amparadas pela Resolução nº 06, as escolas não incluíram demandas específicas dos processos digitais de projeto dentre os critérios para dimensionar sua infraestrutura de rede ou para planejar o *upgrade* de equipamentos.

3. O BIM e a renovação de demandas

Somente a partir de 2010, quando o *Building Information Modeling* (BIM) passou a ser utilizado nas disciplinas de algumas instituições, incluindo o nosso Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, ficou claro o equívoco

da opção feita em 2006. Os ateliês precisaram ser reequipados, e foi necessário instalar *switches*, porque os alunos tinham que conectar-se à Internet por cabos de rede e não por Wi-Fi. Muitas rotinas foram alteradas, inclusive tecnológicas, mas os principais impactos foram sobre a metodologia didático-pedagógica e os modos de pensar o projeto. Queríamos contribuir para a construção de uma cultura de desenvolvimento de projeto à distância que se assemelhava bastante aos princípios dos ateliês virtuais, mas também aos atuais requisitos em termos de ensino à distância, em função da pandemia.

De fato, como o BIM se baseia na troca de informações através, principalmente, de um modelo tridimensional e seus metadados, o objetivo, em 2010, era formar profissionais capazes de trabalhar à distância, colaborando com outros escritórios e com outros colegas. Na época, essa já era uma realidade em escritórios de muitos países e parecia importante formar, no Brasil, profissionais capazes de trabalhar de maneira similar, tendo em vista, por exemplo, a extensão territorial brasileira e as diferenças culturais regionais. Apesar de a ideia de colaboração em projeto estar ainda engatinhando, acreditávamos ser fundamental que os nossos alunos conseguissem interagir com colegas de outras realidades culturais e produzir conjuntamente conhecimento em projeto de arquitetura e urbanismo.

A introdução da modelagem paramétrica em disciplinas de projeto ligada à fabricação digital também se deu a partir de 2010. Assim como ocorre hoje, nessa época as máquinas eram grandes e caras, muito lentas e de manutenção bastante onerosa, tornando insustentável, para muitas instituições, a assimilação desses custos. Além disso, havia desperdício de tempo. A lentidão dos processos CNC ocasionava — e ainda ocasiona — listas de espera dos alunos e dos grupos, uma vez que a produção desses modelos físicos ou dos componentes construtivos se fazia de maneira isolada do processo de projeto. A exemplo dos *desktops* para a Informática Aplicada à Arquitetura, as máquinas de fabricação digital foram alocadas em laboratórios ou oficinas, ou seja, fora do ateliê, distanciadas do momento de se pensar o projeto.

As críticas à adoção de novos modelos de ensino revestiram-se, então, de uma nova roupagem. Se, em 1994, tratava-se, basicamente, de uma recusa em distanciar-se do desenho à mão, em 2010 elas usavam como argumento o receio de que a informatização impusesse ao objeto arquitetônico formas mirabolantes, como aquelas possibilitadas pela modelagem paramétrica, com frequência entendidas como delírios *high-tech*. São, evidentemente, leituras muito rasas e precipitadas da modelagem paramétrica, cuja principal propriedade é o domínio dos pontos no espaço, não exclusivamente de formas curvas, mas de repetições, séries, torções e de geometrias complexas,

agora possíveis de serem produzidas — por fabricação digital — com extrema precisão.

4. A pandemia e o ensino e aprendizagem de projeto

Para professores e alunos que não conseguiam conceber o ensino de projeto nem à distância, nem com meios digitais, a pandemia da Covid-19 impôs, irrecusavelmente, as duas coisas. A universidade, especialmente a universidade pública, precisou encontrar maneiras de manter seu compromisso com a sociedade de continuar formando profissionais, e não apenas arquitetos, mesmo em meio à crise sanitária.

Apesar do receio de alguns de que o ensino remoto se assemelhasse ao formato de Ensino à Distância (EAD), poucas são as semelhanças entre eles. O ensino remoto prioriza a interação entre professores e alunos em tempo real, mantendo o caráter formador e de produção conjunta de conhecimento no momento da aula, possibilitando desenhar juntos, inclusive, no caso de aulas de projeto. O EAD, por sua vez, foi transformado, no Brasil, em um produto comercial com aulas pré-gravadas, implicando a redução do corpo docente e, dessa forma, consistindo quase no oposto do ensino remoto.

De modo geral, a pandemia encontrou as instituições com instalações computacionais defasadas, equipamentos pouco adequados às novas demandas, em parte em função da falta de estímulo para atualização e aquisição de computadores e programas, além da desvalorização dos meios digitais frente à exaltação do desenho à mão. À discussão dos anos 1990 sobre se utilizar ou não um computador em processos de projeto, sobrepõe-se, hoje, à urgência de pesquisarmos processos criativos mais plurais, associando meios analógicos e digitais, que nos permitam avançar no campo metodológico, em um cenário pós-pandêmico, por assim dizer.

Durante a pandemia, recaiu sobre os professores a tarefa de desenvolver rapidamente metodologias para manter a comunicação com os estudantes e continuar produzindo conhecimento coletivamente, na maioria das vezes sem apoio técnico algum. Mas um aspecto interessante dessa quase violência foi constatar que muitos professores que demonstravam pouquíssimo interesse pelo digital e suas possibilidades didático-pedagógicas, ao se verem imersos nesse grande experimento imposto pelo cenário pandêmico, passaram a ponderar o uso dos meios digitais, em particular nos processos de ensino e aprendizagem de projeto.

5. Desafios do ensino híbrido

Em 2020, coordenei uma pesquisa, que provavelmente terá uma segunda edição em agosto de 2021, chamada *Remote Design Studios* (RDS)¹. Ela baseou-se em uma consulta ampla a centenas de professores de projeto de todo o Brasil e da América Latina. As respostas dos participantes sugerem numerosos e relevantes pontos para uma nova pauta de discussão sobre o tema, avaliando os semestres à distância e repensando a volta ao modo presencial ou híbrido. É essencial entendermos que a adesão a essa pauta não é mais opcional, já que todos fomos partícipes desse experimento involuntário e temos, portanto, avaliações e sugestões para contribuir no debate. É importante perceber que, em alguma medida, estamos novamente diante do dilema que se apresentava em 1994, que é, hoje, a recusa deliberada dessa experiência ou a formulação de políticas institucionais, senão públicas, para o futuro, discutindo limites e potencialidades do digital. Além disso, nesses quase dois anos em que já dura a pandemia, os escritórios de arquitetura também desenvolveram maneiras de continuar produzindo projetos à distância, o que renovou a demanda por profissionais proativos e propositivos, aptos a trabalhar colaborativamente.

Nas disciplinas de arquitetura e urbanismo, professores e alunos têm incorporado e desenvolvido habilidades de organização da informação, de promoção da conversação, de síntese, de colaboração semelhantes a práticas empresariais. Aplicativos computacionais, como o Miro e o Telos, dentre outros, criados muito antes da pandemia para suporte de reuniões de trabalho à distância e para processos de planejamento estratégico no meio empresarial, tornaram-se parte integrante das rotinas acadêmicas. Além disso, observa-se a expansão dos limites dos espaços de ensino-aprendizagem, por meio de sessões de trabalho à distância que se utilizam de aplicativos como Zoom, Microsoft Teams, Google Meet, dentre outros.

Muitos acreditam que será possível enumerar (e lamentar) apenas as perdas deste período em modo remoto e voltar presencialmente aos ateliês em 2022, esperando retomar as rotinas e os métodos interrompidos antes da pandemia. As mudanças, no entanto, foram muito amplas e a zona de conforto pré-pandemia talvez não exista mais. Um exemplo é o perfil dos alunos. No IAU — imagino que em outras escolas ocorra o mesmo —, todos os alunos ingressantes em 2021 possuem um computador, mesmo que de configurações muito distintas, porque estão vindo de um ensino médio

1 A segunda edição da consulta prevista na pesquisa foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2021. Mais informações, incluindo os resultados comentados da edição de 2020, em: www.nomads.usp.br/rds.

que já ocorreu, no ano anterior, em modo remoto. Similarmente, a maioria, senão a totalidade dos ingressantes de 2022 provavelmente também terá *notebooks*, pois mais da metade de seu ensino médio terá sido cursada à distância. Precisamos nos esforçar para visualizar novas formas de organizar nossas disciplinas, talvez alternando atividades presenciais e atividades remotas via Internet, meios analógicos e digitais, contribuindo, inclusive, para complexizar a própria noção de ensino híbrido.

De fato, pode-se entender esse hibridismo de muitas maneiras, conforme explanam as pesquisadoras Barcelos e Batista (2019), sem que seja necessário estabelecer uma noção consensual. Segundo essas pesquisadoras, são dois os objetivos principais do ensino híbrido, a serem alcançados por múltiplas combinações e gradações entre presencial e remoto, analógico e digital. O primeiro deles consiste em adensar informacionalmente a construção de conhecimentos sobre o tema de estudo e, o segundo, em desenvolver a autonomia do aluno no processo de ensino-aprendizagem, com apoio de tecnologias digitais. Ambos aproximam-se bastante dos objetivos do ensino de projeto, que busca ampliar as camadas informacionais dos alunos e dos professores, treinar futuros arquitetos a reunir, organizar e processar grandes quantidades de informação na elaboração de projetos, estimular segurança e autonomia em processos de tomada de decisão e assegurar a continuidade autônoma da formação individual, ao longo da vida profissional.

Um outro ponto dessa nova pauta deverá ser a renovação da cultura de constituição de laboratórios como lugares segregados para atividades meramente técnicas. Precisamos repensar os espaços de ensino e aprendizagem, possibilitando a mescla de suas funções. Isso significa considerar substituir as enormes máquinas que estão fixas nos laboratórios pelo conceito de portabilidade, por máquinas leves e portáteis, como cortadoras a laser menores, impressoras 3D e pequenas fresadoras que possam ser usadas alternadamente também nos ateliês. Trata-se de preferir dispositivos com configurações apenas suficientes para atividades de ensino, e, portanto, de menor custo e de manutenção mais simples, viabilizando a conexão com os *notebooks* pessoais também nos espaços de fabricação e produção.

6. Considerações finais

A exploração da noção de colaboração em disciplinas ao longo de anos recentes, mesmo antes da pandemia e, principalmente, agora, por meio do uso de programas de comunicação à distância, conduz a algumas reflexões sobre o que está por vir. Seria desejável, no futuro, continuar promovendo debates e ações remotos ou híbridos e não apenas presenciais: transversais, entre disciplinas do mesmo curso; entre a universidade e o mundo do trabalho; com

pesquisadores remotos, inclusive incentivando transdisciplinaridades; com a comunidade, envolvendo atores sociais, gestores públicos, dentre outros; entre ateliês de diferentes escolas, favorecendo o intercâmbio com instituições de outros estados e de outros países, atualizando o modelos dos VDs.

Seria igualmente um enorme avanço se o ensino de graduação se conectasse com outras esferas, com atores extra *campus*, pois, como bem colocou Lucio Ventania no debate da ESDI, o espaço de aprendizagem é o mundo. Esse trabalho com a comunidade durante as disciplinas de projeto tanto pode se concretizar remotamente a partir, por exemplo, de plataformas digitais para participação cidadã, quanto presencialmente, promovendo encontros para pensarmos juntos os espaços públicos e, eventualmente, produzir modelos ou mesmo peças e componentes, via fabricação digital.

No entanto, o solo comum onde essas e outras ideias podem vir a germinar é a construção de um pensamento crítico sobre o entrelaçamento entre o digital, a arquitetura e o urbanismo e, em particular, sobre processos digitais de projeto e seus produtos. Esse pensamento crítico não se construirá sem o engajamento de todos nós, professores e alunos de projeto, e pesquisadores das diversas subáreas da arquitetura e urbanismo, e do campo ampliado do estudo da edificação, da cidade, da paisagem e do território.

Retomo, ainda, o que abordamos a respeito do BIM e da modelagem paramétrica associados à fabricação digital e relacionados ao ensino de projeto, assim como o vastíssimo campo da inteligência artificial e seu potencial para a arquitetura e o urbanismo, que é ainda uma névoa espessa, mas uma névoa boa que nos atrai e instiga. Precisamos também discutir o emprego de técnicas e dispositivos de realidade aumentada e realidade virtual em processos de projeto, que, muitas vezes, têm sido tratados como um *gadget* mas que podem, sim, nos auxiliar em trabalhos com comunidades, com pessoas que têm uma enorme dificuldade em entender a representação técnica e que poderiam participar mais facilmente dos processos decisórios de concepção de espaços públicos, durante a elaboração de propostas e não apenas opinando sobre projetos pré-desenhados por arquitetos.

Gostaria de finalizar mencionando o Slice, um pavilhão de formas complexas destinado a abrigar atividades culturais, que foi idealizado e executado pelo Nomads.usp, em 2012, no qual prevaleceu esse caráter comunitário. O projeto integrou um processo de ensino-aprendizagem, envolvendo estudantes, pesquisadores e moradores de um conjunto habitacional da periferia da cidade de São Carlos. A concepção foi realizada através de modelagem paramétrica, buscando envolver os moradores do conjunto, com a produção de diversos modelos intermediários, físicos e digitais. O objeto arquitetônico final compunha-se de chapas de aço cortadas a laser, com muitas

peças parafusadas manualmente, o que demandou um enorme esforço braçal, exigindo tempo e, sobretudo, envolvendo muitas pessoas, já que para o encaixe de cada peça eram necessárias, pelo menos, duas ou três pessoas e muita força física. Esse pavilhão, inteiramente desenhado e, posteriormente, produzido digitalmente, transpira comunidade e sinaliza caminhos que talvez devêssemos priorizar.

Referências

BARCELOS, G. T.; BATISTA, S. F. **Ensino híbrido**: aspectos teóricos e análise de duas experiências pedagógicas com Sala de Aula Invertida. *Renote*, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Sg3lQR>. Acesso em 01 mai. 2021.

LIMA, T.; CUNHA, M. A educação superior no Brasil contemporâneo (1995-2016): uma análise dos Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 28, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/71794>. Acesso em 01 mai. 2021.

Como referenciar

TRAMONTANO, Marcelo. **O ensino de projeto e o digital: notas sobre futuros possíveis**. Arcos Design, Rio de Janeiro: PPESDI / UERJ. v. 14, n. 1, Dezembro 2021. pp. 48-59. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>>

DOI: [A ser gerado]



A revista Arcos Design está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 24/11/2021 | Aceito em 17/12/2021